

Nota introdutória

O BOEP – Boletim Estatístico do Emprego Público – é uma publicação semestral através da qual a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) divulga dados, indicadores e análises estatísticas sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. Na nova série do BOEP, a partir do número 07, a informação disponibilizada é complementar da informação de síntese divulgada trimestralmente na SIEP - Síntese Estatística do Emprego Público. Em particular neste número do BOEP é disponibilizado um conjunto de indicadores detalhados de caracterização do emprego público complementar aos dados publicados na [SIEP 2.º trimestre 2014](#).

A informação disponibilizada centra-se no universo de entidades que compõem o sector das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional e no conjunto das empresas e demais entidades públicas ou maioritariamente participadas pelo sector público que compõem os subsectores das sociedades financeiras e não financeiras públicas, consistente com o respetivo universo definido pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. O conjunto de dados e indicadores estatísticos de caracterização apresentados utilizam como fonte privilegiada a informação sobre emprego recolhida através do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) da DGAEP, em paralelo com outras fontes produzidas por entidades estatísticas nacionais e internacionais. Em notas técnicas, no final, são apresentadas referências sobre o universo, tratamento e validação dos dados e principais conceitos.

O BOEP n.º 11, consistente com a SIEP do 2.º trimestre, é ainda efetuado com o universo de entidades definido pelo INE, IP segundo o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 1995 (SEC 1995). O próximo BOEP, com dados e indicadores referentes ao 4.º trimestre 2014, a divulgar no próximo ano, incluirá a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo de entidades definidas pelo INE, IP na aplicação do novo referencial metodológico introduzido pelo Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC 2010), em vigor e obrigatório em todos os Estados Membros da União Europeia a partir de setembro de 2014 (cf. 12 - Notas Técnicas).

A informação estatística mais detalhada é apresentada em [ficheiro Excel](#).

Boletim estatístico do emprego público

Editor: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)

Coordenação: M^a Fernanda Teixeira

Realização: Departamento de Estatística do Emprego Público (DEEP)

Conceção e arranjo gráfico: Elsa Ho

Rua da Alfândega, n.º 5, 2.º piso

1149-095 Lisboa

deep@dgaep.gov.pt

<http://www.dgaep.gov.pt/>

ISSN: 2182-7303



Neste número

I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	5
1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia.....	5
2. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsector	8
2.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsector	8
2.2 Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsector	10
3. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo...	11
3.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo.....	11
3.2 Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo	13
3.3 Remunerações por cargo, carreira e grupo.....	14
4. Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica	15
II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	17
5. Empresas públicas e demais entidades do sector público.....	17
6. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público	18
7. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público ...	20
8. Emprego e remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público	22
III. OUTROS INDICADORES	24
9. Distribuição geográfica do emprego nas atividades de educação e saúde	24
10. Distribuição geográfica do emprego nos municípios.....	26
11. Prestações de serviços em entidades de administração direta e indireta.....	27
12. NOTAS TÉCNICAS	28

SIGLAS, ABREVIATURAS E SINAIS CONVENCIONAIS

Países da União Europeia (UE):

AE-18: Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Estónia; Finlândia; França; Grécia; Irlanda; Itália; Letónia (desde 1 janeiro 2014) Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Portugal.

UE-28: AE-18; Bulgária; Croácia (desde 1 julho 2013); Dinamarca; Hungria; Lituânia; Polónia; Reino Unido; República Checa; Roménia; Suécia.

Abr. - abril

AC - Administração Central

Adm. - Administração/Administrações

AE - Área do Euro

AL - Administração Local

AP - Administrações Públicas

AR - Administração Regional

Bachar. - Bacharelato

BDAP - Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública de 2005

CAE - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3

DEEP - Departamento de Estatística do Emprego Público

Dez. - Dezembro

DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público

EPE - Entidade Pública Empresarial

Equív. - Equivalente

EUROSTAT - Departamento de Estatística da União Europeia, integrado na Comissão Europeia

FAS - Forças Armadas e de Segurança

H - Homens

INE - Instituto Nacional de Estatística, IP

INE/DCN - INE/Departamento de Contas Nacionais

Jun. - junho

Licenc. - Licenciado

M - Mulheres

NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB - Produto Interno Bruto

p - Provisório

p.p. - Pontos Percentuais

PT - Portugal

RAA - Região Autónoma dos Açores

RAM - Região Autónoma da Madeira

SIEP - Síntese Estatística do Emprego Público

SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado

T - Trimestre

UE - União Europeia

V.H. - variação homóloga

V.S. - variação semestral

Var. - Variação

Sinais convencionais:

x - Dado não disponível

% - Percentagem

NOTAS:

Por razões de arredondamento, a soma das parcelas pode não corresponder ao total.

Os quadros detalhados encontram-se disponíveis em formato Excel em www.dgaep.gov.pt
[Estatísticas do Emprego Público / Publicações estatísticas / BOEP](#)

Consulte também os **Quadros Excel do BOEP n.º 11**

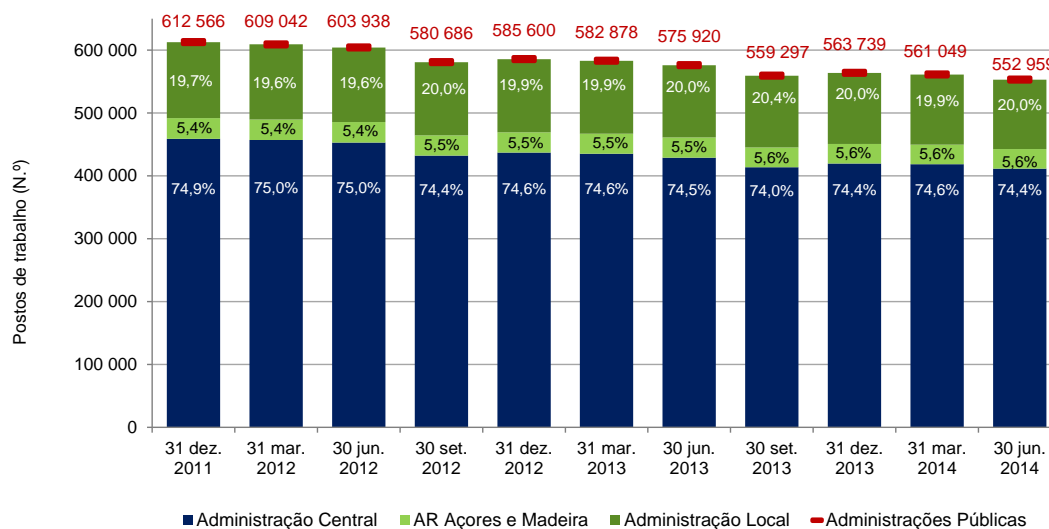
I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia

Em 30 de junho de 2014, o emprego nas administrações públicas situava-se nos 552 959 postos de trabalho, o que indicia decréscimos de 9,7% face a 31 de dezembro de 2011 e de 4% em termos homólogos. A administração central, representando 74,4% dos postos de trabalho nas administrações públicas, constitui o subsector que mais contribuiu para a queda do emprego, apresentando variações negativas de 10,4% face a 31 de dezembro de 2011 e de 4,1% em relação a 30 de junho do ano anterior (Gráficos 1.1 e 1.2).

Nos últimos dois anos e meio, até 30 de junho de 2014, a passagem à situação de reforma/aposentação constituiu o principal motivo de saída de trabalhadores: 62,6% das saídas para o total administrações públicas, sendo 58,7% das saídas na administração central e 82,1% das saídas nas administrações regionais e local (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.1 Evolução do emprego por subsector nas administrações públicas



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios para 30-06-2014); DGAEP/DEEP - SIEP 2.ºT 2014

Gráfico 1.2 Variação acumulada do emprego nas administrações públicas, face a 31 dezembro 2011

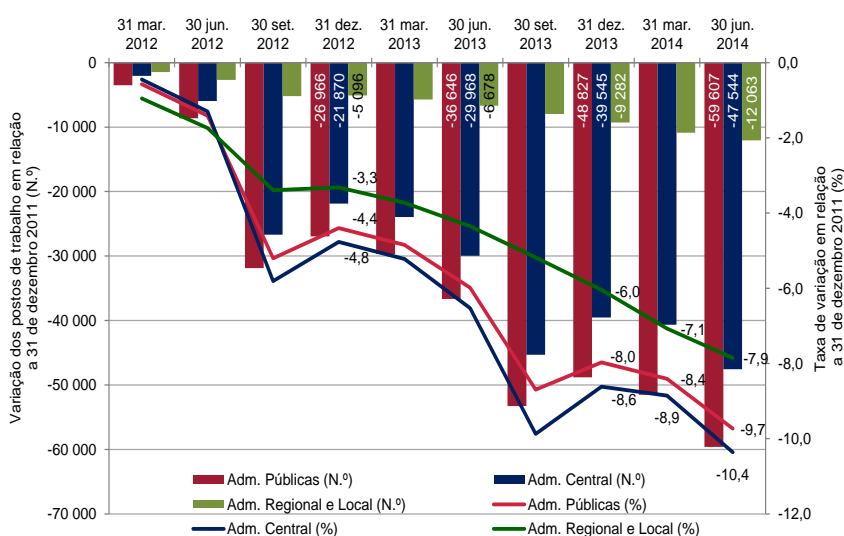
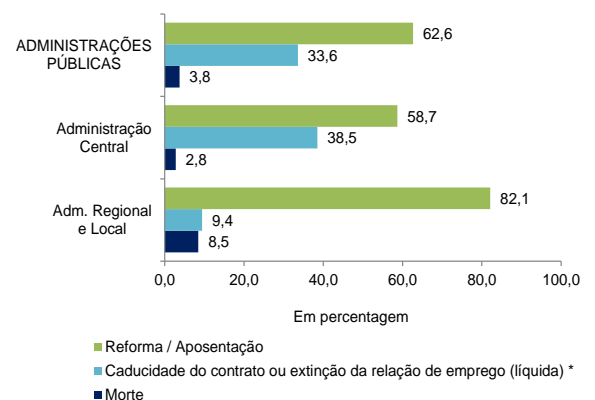


Gráfico 1.3 Principais motivos de saída de trabalhadores das administrações públicas, fluxos trimestrais acumulados - 2012, 2013, 1.º semestre 2014 -



Nota: (*) Saídas por caducidade de contratos a termo ou extinção da relação jurídica de emprego menos novos contratos

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios para 30-06-2014); DGAEP/DEEP - SIEP 2.ºT 2014

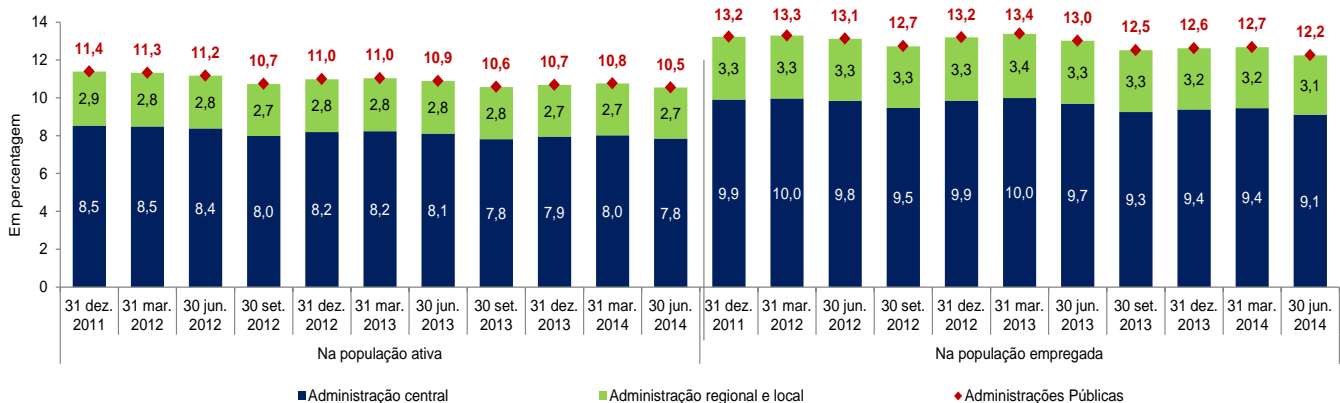
No final do 2.º trimestre de 2014, em cada 100 trabalhadores que constituem a população ativa portuguesa (empregados e desempregados) 10,5 trabalhava numa entidade das administrações públicas (Quadro 1.1). Este indicador, que tem vindo progressivamente a decrescer em Portugal, apresenta ao longo do ano variações resultantes da sazonalidade do emprego na administração central, em particular, pelo efeito do emprego afeto ao ano escolar (Gráfico 1.4).

Quadro 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho, 30 junho / 2.º trimestre 2014

Unidade: Postos de trabalho	Emprego 30-jun-2014			Peso na população residente (%)			Peso na população ativa (%)			Peso na população empregada (%)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Administrações públicas	241 433	311 526	552 959	4,9	5,7	5,3	9,0	12,2	10,5	10,4	14,3	12,2
Administração central	167 859	243 548	411 407	3,4	4,5	4,0	6,2	9,6	7,8	7,2	11,2	9,1
Administração regional e local	73 574	67 978	141 552	1,5	1,2	1,4	2,7	2,7	2,7	3,2	3,1	3,1
Administração regional dos Açores	5 106	9 389	14 495	0,1	0,2	0,1	0,2	0,4	0,3	0,2	0,4	0,3
Administração regional da Madeira	5 017	11 642	16 659	0,1	0,2	0,2	0,2	0,5	0,3	0,2	0,5	0,4
Administração local	63 451	46 947	110 398	1,3	0,9	1,1	2,4	1,8	2,1	2,7	2,2	2,4

Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2014; DGAEP-SIOE 30 junho 2014 (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP - SIEP 2.º T 2014
Nota: Ver 12. Notas Técnicas

Gráfico 1.4 Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa e na população empregada

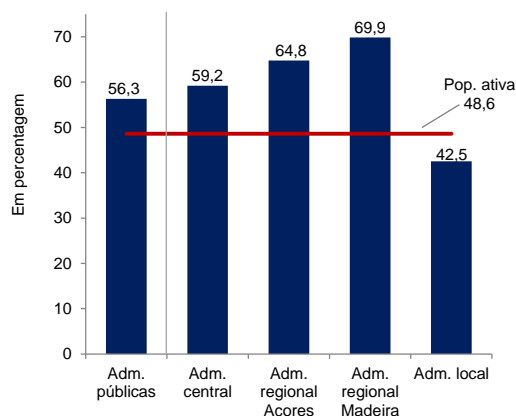


Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2014; DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios para 30-06-2014); DGAEP/DEEP - SIEP 2.º T 2014

Em relação ao índice de participação das mulheres no mercado de trabalho em geral (48,6%) é de realçar a elevada taxa de participação feminina nas administrações públicas onde, em média, mais de metade dos trabalhadores são mulheres (56,3%) e em particular nas administrações regionais dos Açores (64,8%) e da Madeira (69,9%) (Gráfico 1.5).

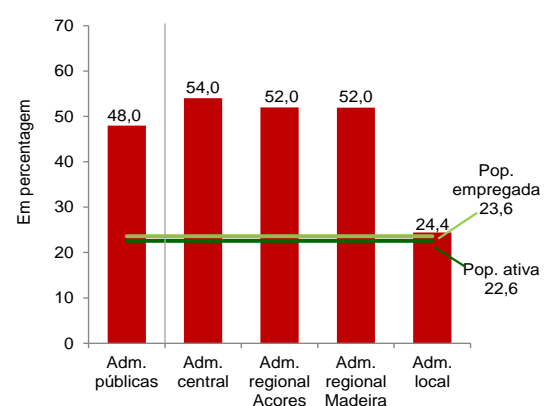
Por outro lado, o nível de tecnicidade do emprego nas administrações públicas, medido pelo peso dos trabalhadores com ensino superior, é elevado (48,0%), contabilizando 25,4 p.p. acima do mesmo indicador registado para a população ativa (Gráfico 1.6).

Gráfico 1.5 Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 30 junho / 2.º trimestre 2014



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2014; DGAEP/DEEP - SIEP 2.º T 2014

Gráfico 1.6 Peso dos trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e nas populações ativa e empregada, 30 junho / 2.º trimestre 2014



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2014; DGAEP/DEEP - SIEP 2.º T 2014

Gráfico 1.7 Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 4.º trimestre 2013 (ano terminado no trimestre)

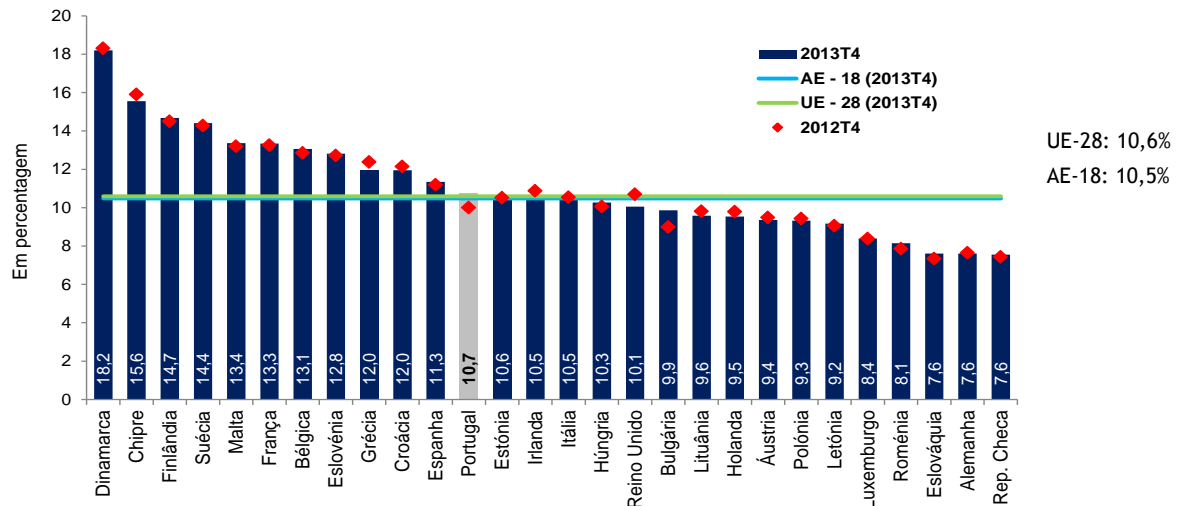
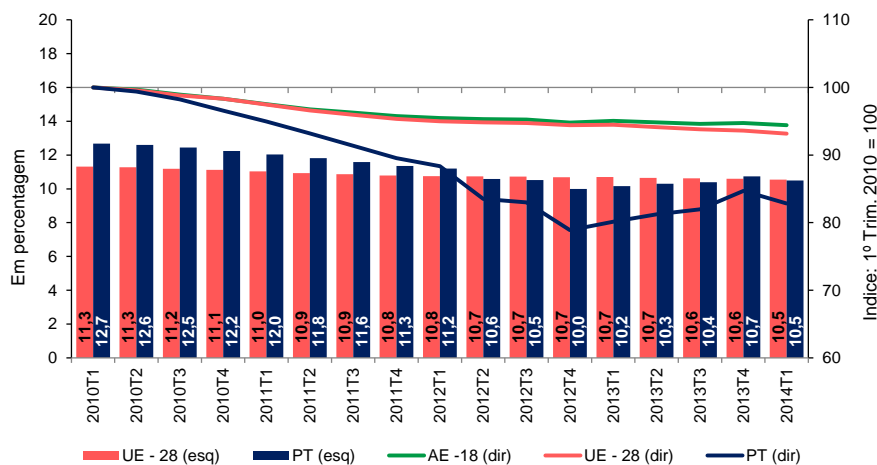


Gráfico 1.8 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre)

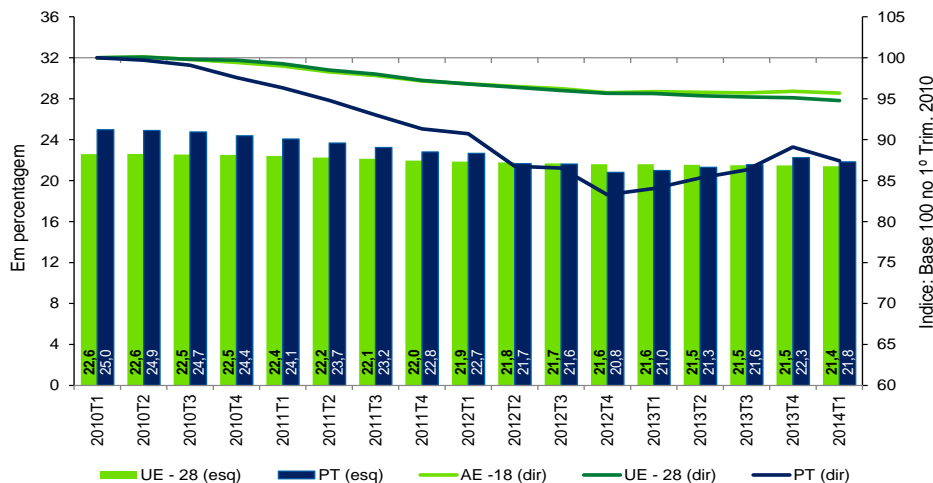


As remunerações das administrações públicas em contas nacionais para Portugal, no ano terminado no 4.º trimestre de 2013, representavam 10,7% do PIB a preços correntes (contra 10,0% no período homólogo), situando-se no final do ano passado 0,1 p.p. acima da média dos 28 países da União Europeia (Gráficos 1.7 e 1.8).

No período em análise, Portugal registou, até ao último trimestre de 2012, uma quebra contínua nos rácios das remunerações das administrações públicas no PIB e nas remunerações do total da economia; durante o ano de 2013, apresentou uma ligeira recuperação em resultado, no essencial, do pagamento dos subsídios de férias e de Natal neste último ano, e, no 1.º trimestre de 2014, registou uma nova quebra derivada das reduções remuneratórias aplicadas aos trabalhadores das administrações públicas.

Portugal tem vindo a acompanhar a tendência de evolução dos países da UE para estes rácios, embora a quebra registada para os conjuntos destes países tenha sido bastante menos acentuada do que no caso português (Gráficos 1.8 e 1.9).

Gráfico 1.9 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre)



Fontes (Gráficos 1.7 a 1.9): Eurostat - Contas Trimestrais por Sector Institucional, dados das administrações públicas disponíveis até ao 1.º trimestre

2014; Ano terminado no trimestre; DGAEP/DEEP - ver 12. Notas Técnicas

Notas: (esq) = escala da esquerda; (dir) = escala da direita

2. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsector

2.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsector

Em 30 de junho 2014, 35,5% dos trabalhadores do conjunto das entidades das administrações públicas tinha entre 45 e 54 anos de idade e 20,1% encontrava-se em faixas etárias de 55 e mais anos (Quadro 2.1.1 e Gráfico 2.1.1). Apesar das saídas por aposentação/reforma, a idade média estimada para os trabalhadores das administrações públicas continua a aumentar, situando-se a 30 de junho nos 45,6 anos, correspondendo a 1,5 anos acima do registado no final de 2011. Não considerando as carreiras das Forças Armadas e de Segurança, a idade média dos trabalhadores civis das administrações públicas aumenta de forma geral para os 47,1 anos de idade, sendo a dos homens mais elevada (47,5 anos) relativamente à das mulheres trabalhadoras (46,8 anos) (Gráfico 2.1.2).

Quadro 2.1.1 Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e ministério, 30 junho 2014

Unidade: postos de trabalho

	Total Emprego	Estrutura (%)						Total
		Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	552 959	2,1	11,6	30,6	35,5	19,4	0,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Central)	411 407	2,7	12,2	30,1	35,3	19,0	0,6	100,0
Estado	303 297	3,5	12,3	29,7	36,2	17,9	0,5	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	91 437	0,4	12,5	31,0	32,8	22,1	1,1	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	9 215	0,0	3,3	36,4	32,4	27,3	0,6	100,0
Estado, Serviços e Fundos Autónomos e Fundos Segurança Social	403 949	2,7	12,1	30,1	35,4	19,1	0,6	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (a)	12 582	0,0	3,7	27,7	42,1	25,3	1,2	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	5 148	0,1	4,9	26,4	40,3	27,3	1,1	100,0
Ministério da Administração Interna	46 615	2,6	27,3	36,6	28,8	4,5	0,1	100,0
Ministério da Agricultura e do Mar	6 566	0,0	1,8	18,6	40,3	38,2	1,1	100,0
Min. do Ambiente e Ordenam. do Territ. e Energia	1 645	0,0	4,4	24,7	39,6	30,5	0,7	100,0
Ministério da Defesa Nacional	37 080	24,7	32,1	16,6	20,1	6,2	0,3	100,0
Ministério da Educação e Ciência	205 769	0,2	7,1	31,0	39,6	21,4	0,7	100,0
Ministério da Economia	3 945	0,0	4,3	28,7	38,0	27,8	1,1	100,0
Ministério das Finanças	13 696	0,1	2,9	28,1	38,0	30,1	0,8	100,0
Ministério da Justiça	15 211	0,0	5,5	35,7	40,8	17,7	0,3	100,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	3 106	0,3	12,6	26,8	30,1	26,3	3,9	100,0
Ministério da Saúde	29 510	0,1	18,5	29,3	26,0	25,0	0,9	100,0
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segur. Social	13 817	0,0	3,0	36,5	35,4	24,5	0,7	100,0
Sector Empresarial do Estado - Entidades Recllassificadas (b)	9 259	0,6	11,5	36,5	35,9	15,3	0,3	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	7 458	1,4	17,4	30,5	32,7	17,5	0,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Regional)	141 552	0,3	10,1	31,9	36,2	20,6	1,0	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	14 495	0,3	11,1	33,3	34,0	20,1	1,4	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	16 659	0,0	10,2	36,8	34,9	17,4	0,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	110 398	0,4	9,9	30,9	36,6	21,1	1,0	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: (a) Inclui tribunais e magistrados; dados não disponíveis para Assembleia da República e Presidência da República; (b) Sector Empresarial inclui todas as unidades empresariais públicas reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais.

Gráfico 2.1.1 Estrutura etária por níveis de administração, 30 junho 2013 e 2014

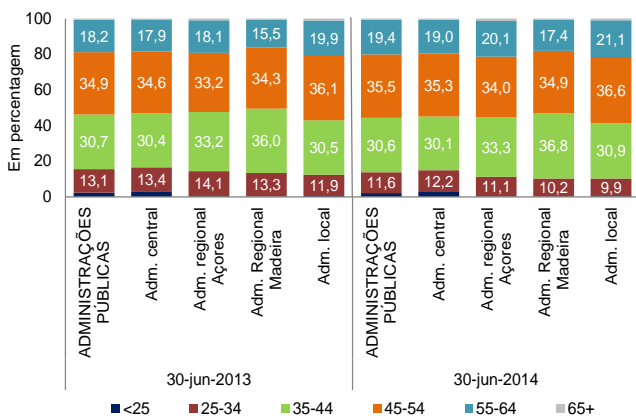
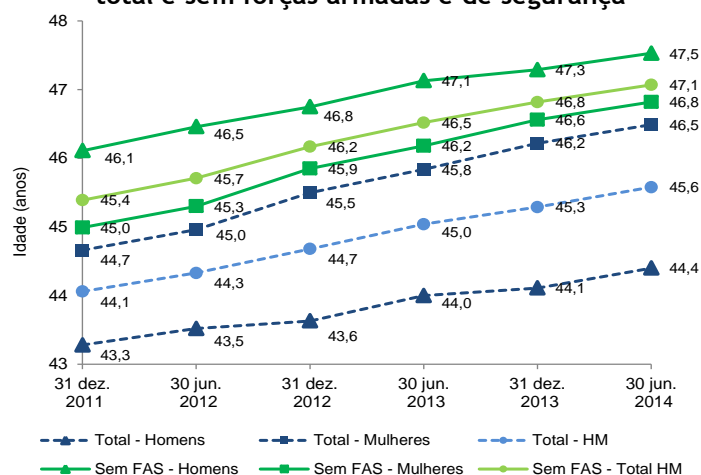


Gráfico 2.1.2 Evolução da idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem forças armadas e de segurança



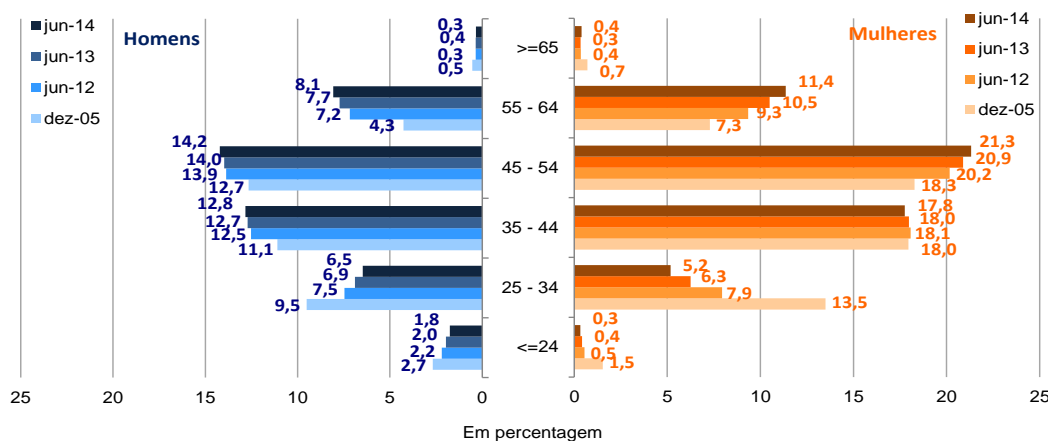
Sem FAS - excluindo Forças Armadas e de Segurança

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios para 30-06-2014); DGAEP/DEEP

A 30 de junho 2014 face ao final de 2005, observa-se uma evolução de envelhecimento em ambos os sexos dos trabalhadores no sector das administrações públicas: a continuação de uma quebra acentuada do peso dos trabalhadores entre os 25 e os 34 anos, mais evidente no caso das mulheres (menos 8,3 p.p.), em contraponto com o persistente aumento do número de trabalhadores nas faixas etárias entre os 45 e os 54 anos e os 55 e os 64 anos. Esta evolução reflete essencialmente efeitos do “congelamento” de novas admissões nas administrações públicas (Gráfico 2.1.3).

Em média, os trabalhadores mais jovens estão nos Ministérios da Defesa Nacional e da Administração Interna, os quais apresentam fortes índices de renovação por efeito de recrutamento de jovens nas Forças Armadas e nas Forças de Segurança. Os trabalhadores dos Ministérios do Ambiente e Ordenamento do Território e das Finanças têm em média mais de 49 anos de idade e os da Agricultura e do Mar, mais de 51 anos (Quadro 2.1.2).

Gráfico 2.1.3 Pirâmide etária dos trabalhadores nas administrações públicas, 31 dezembro 2005 e 30 de junho 2012, 2013 e 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios para 30-06-2014); BDAP 2005; DGAEP/DEEP

Quadro 2.1.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector, ministério e sexo, 30 junho 2014

	Idade média estimada (em anos)			Escala modal (em anos)			Índice de renovação (em número índice) base = 100			Índice de juventude (em número índice) base = 100		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	44,4	46,5	45,6	[45-54]	[45-54]	[45-54]	53,7	14,5	30,8	49,8	31,4	38,9
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	47,5	46,8	47,1	[45-54]	[45-54]	[45-54]	9,7	9,5	9,6	28,6	29,2	29,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL												
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Central) - Total	43,1	46,8	45,3	[45-54]	[45-54]	[45-54]	82,6	14,8	37,9	60,1	28,8	40,0
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	47,6	47,2	47,3	[45-54]	[45-54]	[45-54]	8,8	8,8	8,8	27,1	26,0	26,3
Estado	41,9	47,1	44,9	[35-44]	[45-54]	[45-54]	119,2	13,2	46,7	70,4	25,7	41,3
Serviços e Fundos Autónomos	46,7	45,9	46,2	[45-54]	[45-54]	[45-54]	16,6	20,0	18,5	34,2	38,4	36,7
Fundos de Segurança Social da Administração Central	48,0	48,0	48,0	[35-44]	[35-44]	[35-44]	0,6	1,3	1,1	27,5	21,9	23,0
Estado, Serviços e Fundos Autónomos e Fundos Segurança Social	43,1	46,8	45,3	[45-54]	[45-54]	[45-54]	83,2	14,3	37,8	60,3	28,3	39,8
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (a)	49,5	48,2	48,7	[45-54]	[45-54]	[45-54]	1,8	4,4	3,3	10,7	16,2	14,1
Presidência do Conselho de Ministros	48,8	48,8	48,8	[45-54]	[45-54]	[45-54]	5,7	3,1	4,1	21,0	17,7	18,9
Ministério da Administração Interna	39,7	41,9	39,9	[35-44]	[45-54]	[35-44]	398,4	105,1	310,5	107,2	83,7	104,5
Ministério da Agricultura e do Mar	52,0	50,8	51,4	[55-64]	[45-54]	[45-54]	0,4	0,8	0,6	7,3	9,1	8,3
Min. do Ambiente e Ordenam. do Territ. e Energia	50,2	48,8	49,4	[55-64]	[45-54]	[45-54]	0,4	1,5	1,0	16,8	16,1	16,4
Ministério da Defesa Nacional	34,1	38,9	34,9	[25-34]	[25-34]	[25-34]	1 246,8	204,8	706,2	207,9	123,1	187,7
Ministério da Educação e Ciência	47,4	47,1	47,2	[45-54]	[45-54]	[45-54]	8,2	7,3	7,6	28,2	25,7	26,3
Ministério da Economia	48,9	48,7	48,8	[45-54]	[45-54]	[45-54]	1,9	2,9	2,5	22,1	17,0	18,9
Ministério das Finanças	48,9	49,6	49,3	[45-54]	[45-54]	[45-54]	2,5	3,6	3,1	17,9	14,5	15,9
Ministério da Justiça	45,0	48,2	46,7	[35-44]	[45-54]	[45-54]	21,3	3,4	9,7	37,3	16,0	25,2
Ministério dos Negócios Estrangeiros	48,5	47,2	47,7	[45-54]	[45-54]	[45-54]	12,5	11,4	11,9	31,3	35,9	34,0
Ministério da Saúde	45,9	45,3	45,5	[55-64]	[35-44]	[35-44]	25,8	25,7	25,8	55,2	47,4	49,1
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segur. Social	48,3	47,7	47,8	[35-44]	[35-44]	[35-44]	0,3	1,2	1,0	21,6	20,6	20,8
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (b)	45,4	44,3	45,1	[45-54]	[35-44]	[35-44]	18,7	30,0	21,9	32,8	48,5	37,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	45,1	44,2	44,5	[45-54]	[45-54]	[45-54]	34,1	44,4	41,5	45,6	53,5	51,3
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL												
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Regional)	47,4	45,4	46,5	[45-54]	[35-44]	[45-54]	10,9	13,0	11,7	30,6	41,7	35,7
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	46,9	45,8	46,2	[45-54]	[35-44]	[45-54]	10,1	12,1	11,2	34,6	39,3	37,6
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	45,9	45,5	45,7	[35-44]	[35-44]	[35-44]	6,0	7,6	7,1	40,6	40,6	40,6
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	47,6	45,3	46,6	[45-54]	[35-44]	[45-54]	11,2	14,5	12,3	29,6	42,4	34,8

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: (a) Inclui tribunais e magistrados; dados não disponíveis para Assembleia da República e Presidência da República; (b) Sector Empresarial inclui todas as unidades empresariais públicas reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais. Ver também 12. Notas Técnicas - Conceitos

2.2 Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsector

Em termos globais, no sector das administrações públicas, quase metade dos trabalhadores possuem ensino superior (48% contra 22,6% na população ativa total). No final de junho deste ano, os Ministérios da Educação e Ciência, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e o da Saúde são os de maior concentração de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior: 73,5%, 65,3% e 63,8%, respetivamente. Ainda assim 145 mil postos de trabalho (26,2%) das administrações públicas estão ocupados com trabalhadores que possuem apenas o ensino básico, com peso mais significativo na administração local: 49,2% (Quadro 2.2.1). O nível de tecnicidade das mulheres nas administrações públicas assume um valor acima do verificado para os homens: dos trabalhadores com ensino superior 67,5% são mulheres (Gráfico 2.2.1) e, por outro lado, no total dos trabalhadores nas administrações públicas 32,4% são mulheres com ensino superior; no total da população ativa 13,8% são mulheres com ensino superior (Gráfico 2.2.2).

Quadro 2.2.1 Emprego por subsector e ministério segundo o nível de escolaridade, 30 junho 2014

Unidade: postos de trabalho	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino Superior			Total	Estrutura por subsector e ministério (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secund. superior	Ensino superior	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	74 810	70 276	27 258	115 274	13 758	210 265	41 318	552 959	26,2	25,8	48,0	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	30 601	50 094	21 364	87 164	11 181	172 079	38 924	411 407	19,6	26,4	54,0	100,0
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Central)	30 601	50 094	21 364	87 164	11 181	172 079	38 924	411 407	19,6	26,4	54,0	100,0
Estado	22 506	41 362	17 567	67 539	8 177	130 383	15 763	303 297	21,1	28,1	50,9	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	6 627	7 145	2 771	14 914	2 652	34 648	22 680	91 437	15,1	19,3	65,6	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	447	585	941	2 957	134	3 902	249	9 215	11,2	42,3	46,5	100,0
Estado, Serviços e Fundos Autónomos e Fundos Segurança Social	29 580	49 092	21 279	85 410	10 963	168 933	38 692	403 949	19,5	26,4	54,1	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (a)	342	1 133	4 565	1 465	67	4 874	136	12 582	11,7	47,9	40,4	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	294	591	250	1 111	84	2 355	463	5 148	17,2	26,4	56,4	100,0
Ministério da Administração Interna	4 330	12 810	5 297	20 560	137	2 567	914	46 615	36,8	55,5	7,8	100,0
Ministério da Agricultura e do Mar	818	623	301	1 269	350	2 738	467	6 566	21,9	23,9	54,1	100,0
Ministério do Ambiente, Ordenam. do Territ. e Energia	85	128	76	282	42	798	234	1 645	12,9	21,8	65,3	100,0
Ministério da Defesa Nacional	2 658	10 175	1 874	15 149	781	5 491	952	37 080	34,6	45,9	19,5	100,0
Ministério da Educação e Ciência	14 670	14 907	2 545	22 325	6 175	112 908	32 239	205 769	14,4	12,1	73,5	100,0
Ministério da Economia	196	336	255	879	118	1 777	384	3 945	13,5	28,7	57,8	100,0
Ministério das Finanças	713	692	1 705	4 133	576	5 551	326	13 696	10,3	42,6	47,1	100,0
Ministério da Justiça	1 293	2 435	1 817	5 348	266	3 810	242	15 211	24,5	47,1	28,4	100,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	292	263	136	524	100	1 577	214	3 106	17,9	21,2	60,9	100,0
Ministério da Saúde	2 127	2 154	1 052	5 340	1 842	15 554	1 441	29 510	14,5	21,7	63,8	100,0
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segur. Social	584	848	1 148	3 972	208	6 599	458	13 817	10,4	37,1	52,6	100,0
Sector Empresarial do Estado - Entidades Recllassificadas (b)	1 178	1 997	258	3 053	217	2 334	222	9 259	34,3	35,8	29,9	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	1 021	1 002	85	1 754	218	3 146	232	7 458	27,1	24,7	48,2	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	44 209	20 182	5 894	28 110	2 577	38 186	2 394	141 552	45,5	24,0	30,5	100,0
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Regional)	44 209	20 182	5 894	28 110	2 577	38 186	2 394	141 552	45,5	24,0	30,5	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	3 350	1 568	623	1 419	474	6 778	283	14 495	33,9	14,1	52,0	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	3 619	1 494	600	2 290	454	7 757	445	16 659	30,7	17,3	52,0	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	37 240	17 120	4 671	24 401	1 649	23 651	1 666	110 398	49,2	26,3	24,4	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: (a) Inclui tribunais e magistrados; dados não disponíveis para Assembleia da República e Presidência da República; (b) Sector Empresarial inclui todas as unidades empresariais públicas reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais.

Gráfico 2.2.1 Homens e mulheres nos níveis de escolaridade, 30 junho 2014

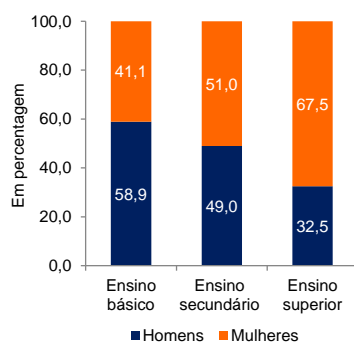
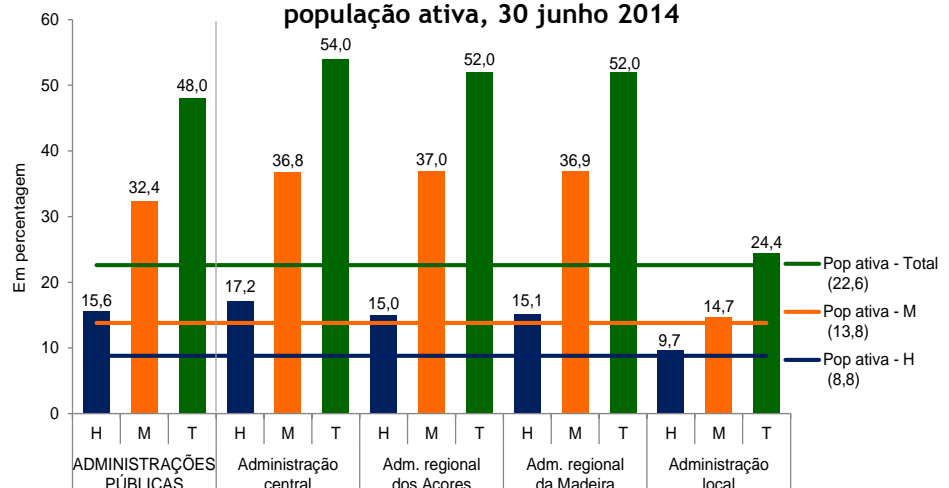


Gráfico 2.2.2 Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas por sexo e na população ativa, 30 junho 2014



3. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

3.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

No total das administrações públicas, os médicos constituem a carreira que concentra maior número de trabalhadores no escalão etário dos 55 aos 64 anos: 45,1% (Quadro 3.1.1). As carreiras das Forças Armadas, polícia municipal, bombeiro e Forças Segurança são as que apresentam o maior número de trabalhadores com idades inferiores a 40 anos, sendo as carreiras das Forças de Segurança as que têm a menor diferença entre o número de trabalhadores com idade inferior e superior a 40 anos (Gráfico 3.1.1).

Quadro 3.1.1 Estrutura etária dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2014

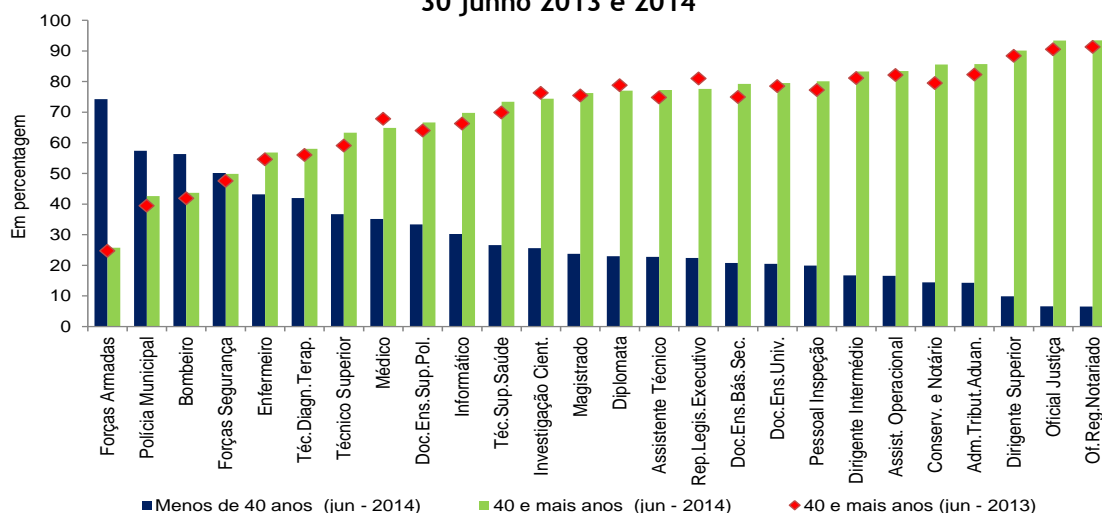
Unidade: Em percentagem

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total							ADMINISTRAÇÃO CENTRAL							ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL						
	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total
	Total	2,1	11,6	30,6	35,5	19,4	0,7	100,0	2,7	12,2	30,1	35,3	19,0	0,6	100,0	0,3	10,1	31,9	36,2	20,6	1,0
Representante do poder legislativo (a)	0,2	8,2	32,1	32,2	21,5	5,8	100,0	0,0	3,3	23,0	44,3	26,2	3,3	100,0	0,2	8,3	32,4	31,8	21,3	5,9	100,0
Dirigente superior	0,0	2,2	23,5	38,3	32,3	3,8	100,0	0,0	1,7	19,6	40,2	34,6	3,8	100,0	0,0	3,3	33,3	33,3	26,4	3,6	100,0
Dirigente intermédio	0,0	2,5	38,1	39,2	19,7	0,5	100,0	0,0	2,1	36,6	39,1	21,7	0,6	100,0	0,0	3,1	40,7	39,5	16,2	0,4	100,0
Técnico Superior	0,2	14,1	44,1	27,6	13,6	0,4	100,0	0,3	14,0	39,5	29,4	16,3	0,5	100,0	0,0	14,3	50,4	25,1	9,9	0,3	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	0,2	8,3	30,8	37,5	22,6	0,6	100,0	0,2	7,1	28,9	36,2	27,0	0,7	100,0	0,2	10,0	33,3	39,4	16,7	0,4	100,0
Assist. operacional/operer./auxiliar (c)	0,4	6,7	21,4	40,0	29,8	1,7	100,0	0,4	6,4	22,1	39,4	30,1	1,7	100,0	0,5	7,0	20,8	40,6	29,4	1,7	100,0
Informático	0,2	9,9	42,3	33,4	14,0	0,2	100,0	0,1	5,4	40,6	34,5	19,0	0,3	100,0	0,3	16,6	44,7	31,8	6,4	0,1	100,0
Magistrado	0,0	7,2	36,3	32,3	21,9	2,3	100,0	0,0	7,2	36,3	32,3	21,9	2,3	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Diplomata	0,3	13,3	24,9	30,9	22,9	7,6	100,0	0,3	13,3	24,9	30,9	22,9	7,6	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal de Investigação Científica	0,2	9,0	35,5	33,3	20,8	1,1	100,0	0,2	9,1	35,5	33,4	20,7	1,1	100,0	0,0	0,0	50,0	0,0	50,0	0,0	100,0
Docente Ensino Universitário	1,1	8,5	26,2	36,9	24,6	2,7	100,0	1,1	8,5	26,2	36,9	24,6	2,7	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Docente Ensino Superior Politécnico	0,4	14,8	37,0	33,1	13,8	0,9	100,0	0,4	14,8	37,0	33,1	13,8	0,9	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund	0,1	5,9	34,1	41,0	18,8	0,2	100,0	0,1	5,0	32,7	42,3	19,7	0,2	100,0	0,1	14,1	47,0	28,6	9,9	0,3	100,0
Pessoal de Inspeção	0,0	4,9	36,1	37,0	21,6	0,4	100,0	0,0	4,7	36,6	36,6	21,8	0,4	100,0	0,0	6,6	33,0	40,1	19,8	0,5	100,0
Médico	0,2	28,6	12,4	11,8	45,1	1,9	100,0	0,2	28,6	12,3	11,9	45,1	1,9	100,0	0,0	29,8	13,7	8,1	44,1	4,3	100,0
Enfermeiro	0,4	24,6	36,8	30,3	7,7	0,1	100,0	0,4	23,8	37,0	30,8	7,8	0,1	100,0	0,2	38,5	33,7	22,0	4,9	0,8	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	0,8	22,5	38,2	23,4	14,8	0,3	100,0	0,8	21,8	39,5	22,9	14,6	0,3	100,0	0,0	30,1	23,3	29,4	17,2	0,0	100,0
Técnico Superior de Saúde	0,0	7,9	43,8	33,5	14,1	0,7	100,0	0,0	8,1	43,4	34,0	13,7	0,8	100,0	0,0	0,0	64,3	7,1	28,6	0,0	100,0
Administração Tributária e Aduaneira	0,0	2,5	31,1	38,8	27,4	0,2	100,0	0,0	2,1	31,0	39,1	27,5	0,2	100,0	0,0	21,9	34,2	21,4	22,4	0,0	100,0
Conservador e Notário	0,0	0,0	38,0	38,7	22,7	0,6	100,0	0,0	0,0	37,6	39,0	22,8	0,6	100,0	0,0	0,0	61,5	23,1	15,4	0,0	100,0
Oficial dos Registos e do Notariado	0,0	0,4	22,8	54,4	22,4	0,0	100,0	0,0	0,2	22,5	54,7	22,5	0,0	100,0	0,0	5,6	34,6	43,0	16,8	0,0	100,0
Oficial de Justiça	0,1	2,0	24,3	47,3	26,0	0,3	100,0	0,1	2,0	24,3	47,3	26,0	0,3	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Forças Armadas	29,4	36,8	15,5	17,0	1,3	0,0	100,0	29,4	36,8	15,5	17,0	1,3	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Forças de segurança	2,3	26,1	38,4	28,8	4,4	0,1	100,0	2,3	26,1	38,4	28,8	4,4	0,1	100,0	0,0	12,0	33,7	41,0	13,3	0,0	100,0
Bombeiro	3,2	28,4	43,8	22,3	2,3	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	3,2	28,4	43,8	22,3	2,3	0,0	100,0
Polícia Municipal (d)	0,4	25,6	44,3	25,0	4,6	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	0,4	25,6	44,3	25,0	4,6	0,0	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: (a) inclui representantes do poder legislativo e de órgãos executivos; (b) inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros - administrativo; (c) inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros - operacional e aprendizes e praticantes; (d) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrado na Polícia Municipal.

Gráfico 3.1.1 Distribuição do peso dos trabalhadores com menos de 40 anos e com 40 e mais anos, 30 junho 2013 e 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

As carreiras com índice de renovação superior a 100, Forças Armadas e de Segurança, bombeiro e polícia municipal, são também constituídas por um maior número de trabalhadores jovens. Os dirigentes superiores apresentam a idade média estimada mais elevada, acima dos 50 anos de idade. De relevar a diminuição da idade média, em junho 2014 em comparação com o mesmo período do ano anterior, dos representantes do poder legislativo e de órgãos executivos (por efeito dos novos órgãos eleitos na administração local) e dos diplomatas (Quadro 3.1.2 e Gráfico 3.1.2).

Quadro 3.1.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2014

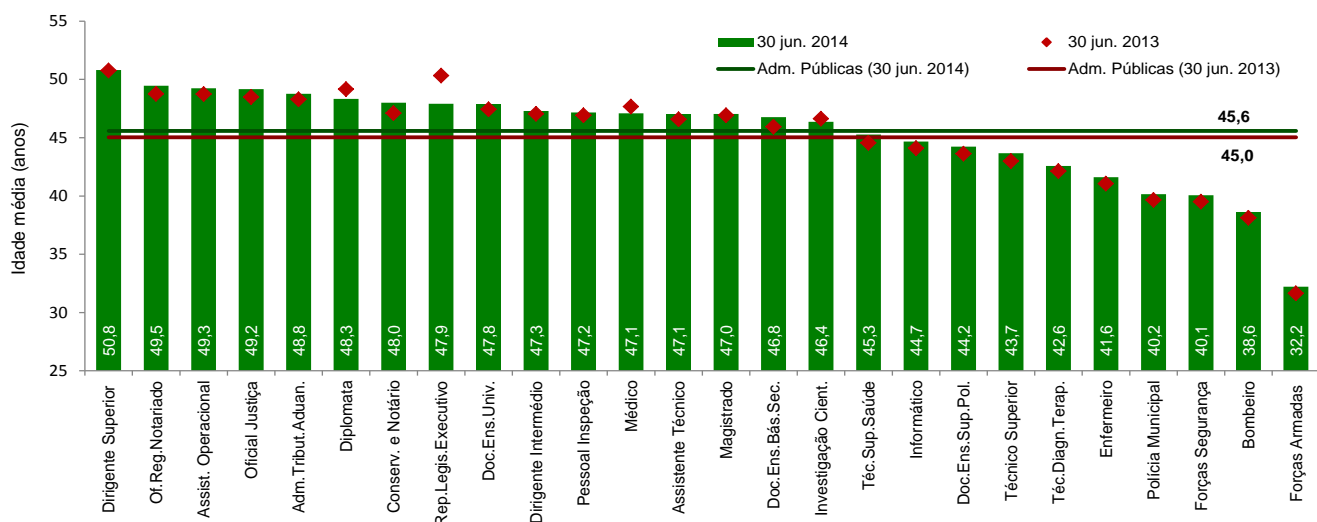
CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total											
	Idade média estimada (em anos)			Escala modal (em anos)			Índice de renovação (em número índice) base = 100			Índice de juventude (em número índice) base = 100		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Total incluindo Forças Armadas e de Segurança	44,4	46,5	45,6	[45-54]	[45-54]	[45-54]	53,7	14,5	30,8	49,8	31,4	38,8
Total excluindo Forças Armadas e de Segurança	47,5	46,8	47,1	[45-54]	[45-54]	[45-54]	9,7	9,5	9,6	28,6	29,2	29,0
Representantes do poder legislativo (a)	48,9	44,8	47,9	[45-54]	[35-44]	[45-54]	6,1	16,0	7,8	24,2	47,1	28,8
Dirigente superior	51,3	49,8	50,8	[45-54]	[45-54]	[45-54]	1,1	0,0	0,8	10,6	11,8	11,0
Dirigente intermédio	48,2	46,6	47,3	[45-54]	[35-44]	[45-54]	0,5	0,7	0,6	18,6	21,4	20,1
Técnico Superior	45,0	43,0	43,7	[35-44]	[35-44]	[35-44]	13,6	27,4	20,7	50,7	62,1	58,0
Assistente técnico/administrativo (b)	46,6	47,2	47,1	[45-54]	[45-54]	[45-54]	12,0	7,4	8,7	34,8	27,5	29,4
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	49,3	49,2	49,3	[45-54]	[45-54]	[45-54]	7,5	7,3	7,4	19,7	19,9	19,8
Informático	43,3	47,6	44,7	[35-44]	[45-54]	[35-44]	22,1	3,6	13,8	57,6	19,5	43,3
Magistrado	50,9	44,4	47,0	[55-64]	[35-44]	[35-44]	0,5	4,0	1,8	15,0	45,4	31,2
Diplomata	49,6	45,0	48,3	[45-54]	[35-44]	[45-54]	18,8	5,9	16,0	25,1	43,5	29,8
Pessoal de Investigação Científica	46,5	46,3	46,4	[35-44]	[45-54]	[35-44]	15,6	14,6	15,1	35,9	32,9	34,4
Docente Ensino Universitário	48,5	46,9	47,8	[45-54]	[45-54]	[45-54]	14,4	15,1	14,7	22,9	30,0	25,8
Docente Ensino Superior Politécnico	45,2	43,2	44,2	[35-44]	[35-44]	[35-44]	21,3	46,6	31,3	42,6	59,0	50,1
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund.	46,9	46,7	46,8	[45-54]	[45-54]	[45-54]	4,1	3,4	3,6	29,3	25,3	26,2
Pessoal de Inspeção	48,3	46,1	47,2	[45-54]	[35-44]	[45-54]	0,0	0,8	0,3	22,9	26,8	24,9
Médico	50,1	45,4	47,1	[55-64]	[55-64]	[55-64]	21,1	43,6	33,9	36,1	66,6	54,1
Enfermeiro	41,2	41,7	41,6	[35-44]	[35-44]	[35-44]	88,9	85,7	86,2	94,2	73,3	76,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	44,7	42,0	42,6	[35-44]	[35-44]	[35-44]	31,2	64,9	54,0	59,8	75,9	72,3
Técnico Superior de Saúde	45,8	45,2	45,3	[35-44]	[35-44]	[35-44]	0,0	2,5	2,1	25,0	38,6	36,3
Administração Tributária e Aduaneira	48,5	49,0	48,8	[35-44]	[45-54]	[45-54]	1,5	3,7	2,7	17,9	15,7	16,7
Conservador e Notário	50,9	47,4	48,0	[55-64]	[45-54]	[45-54]	0,0	0,0	0,0	9,0	18,6	16,9
Oficial dos Registos e do Notariado	49,0	49,6	49,5	[45-54]	[45-54]	[45-54]	0,0	0,0	0,0	7,5	6,9	7,0
Oficial de Justiça	48,5	49,6	49,2	[45-54]	[45-54]	[45-54]	2,4	5,1	4,2	7,6	6,8	7,1
Forças Armadas	32,8	28,1	32,2	[25-34]	[25-34]	[25-34]	3 492,2	-	4 108,4	252,5	1 668,0	288,8
Forças de segurança	40,2	39,0	40,1	[35-44]	[35-44]	[35-44]	291,7	380,4	298,9	98,5	124,0	100,4
Bombeiro	38,7	37,8	38,6	[35-44]	[35-44]	[35-44]	687,2	700,0	687,5	127,8	172,0	129,0
Polícia Municipal (d)	41,5	35,7	40,2	[35-44]	[35-44]	[35-44]	64,2	-	96,2	96,0	637,1	134,8

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: Ver também notas Quadro 3.1.1 e capítulo 12. Notas Técnicas relativas a tratamento dos dados e a conceitos.

“ - “ Valor sem expressão estatística dada a relação muito elevada entre o numerador e o denominador

Gráfico 3.1.2 Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2013 e 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios para 30-06-2014); DGAEP/DEEP

3.2 Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo

Cerca de metade das carreiras consideradas englobam trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior acima dos 90,0%, destacando-se magistrados, diplomatas, pessoal de investigação científica, médicos e conservadores e notários (100,0%); em contrapartida, num dos grupos com maior representatividade no emprego das administrações públicas, assistentes operacionais, operários e auxiliares, 78% dos trabalhadores possuem escolaridade ao nível do ensino básico. As carreiras de oficial de justiça, oficial dos registos e do notariado e de polícia municipal são as que apresentam o maior peso de trabalhadores com ensino secundário, para além dos assistentes técnicos / administrativos (Quadro 3.2.1 e Gráfico 3.2.1).

Quadro 3.2.1 Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 30 junho 2014

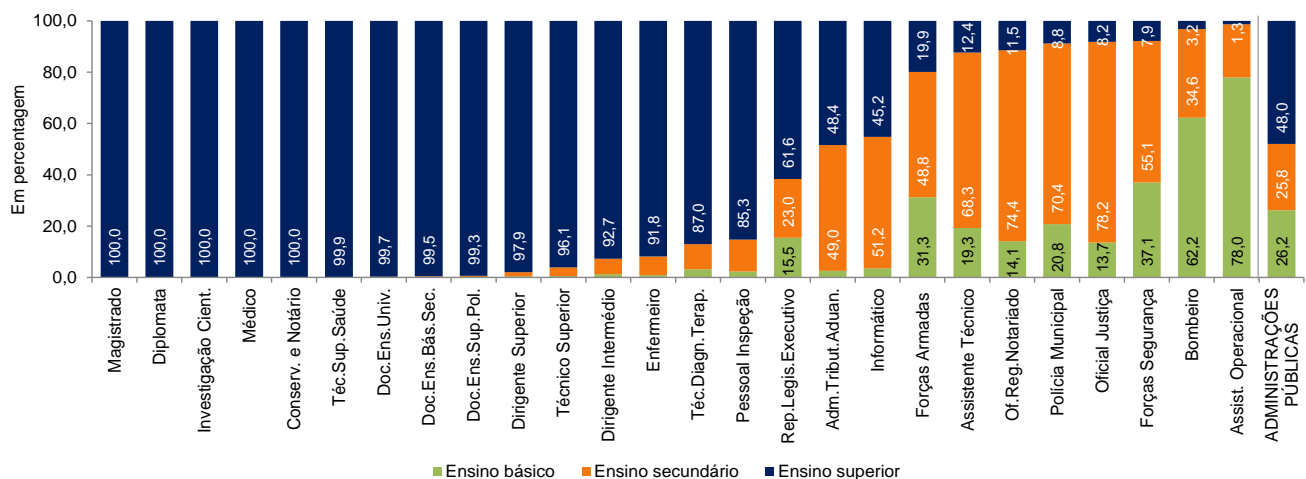
Unidade: postos de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total												
	Ensino básico			Ensino secundário		Ensino superior			Total	Estrutura (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo		11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
Total	74 810	70 276	27 258	115 274	13 758	210 265	41 318	552 959	26,2	25,8	48,0	100,0	
Representantes do poder legislativo (a)	169	183	60	463	83	1 207	113	2 278	15,5	23,0	61,6	100,0	
Dirigente superior	3	3	7	12	7	801	361	1 194	0,5	1,6	97,9	100,0	
Dirigente intermédio	8	96	109	407	131	6 808	897	8 456	1,2	6,1	92,7	100,0	
Técnico Superior	31	232	268	1 467	2 117	42 301	4 244	50 660	0,5	3,4	96,1	100,0	
Assistente técnico/administrativo (b)	2 497	12 058	8 588	42 828	1 143	7 675	505	75 294	19,3	68,3	12,4	100,0	
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	65 760	31 292	3 149	22 624	204	1 409	58	124 496	78,0	20,7	1,3	100,0	
Informático	9	149	361	1 891	125	1 680	186	4 401	3,6	51,2	45,2	100,0	
Magistrado	0	0	0	0	0	3 835	29	3 864	0,0	0,0	100,0	100,0	
Diplomata	0	0	0	0	0	322	31	353	0,0	0,0	100,0	100,0	
Pessoal de Investigação Científica	0	0	0	0	1	135	1 389	1 525	0,0	0,0	100,0	100,0	
Docente Ensino Universitário	0	0	0	43	12	2 395	11 224	13 674	0,0	0,3	99,7	100,0	
Docente Ensino Superior Politécnico	6	4	2	47	18	2 519	6 350	8 946	0,1	0,5	99,3	100,0	
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund.	18	71	13	536	6 344	109 882	12 776	129 640	0,1	0,4	99,5	100,0	
Pessoal de Inspeção	5	32	67	127	21	1 214	101	1 567	2,4	12,4	85,3	100,0	
Médico	0	0	0	0	0	6 723	871	7 594	0,0	0,0	100,0	100,0	
Enfermeiro	24	61	84	557	1 496	6 369	229	8 820	1,0	7,3	91,8	100,0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	14	48	46	144	495	1 108	82	1 937	3,2	9,8	87,0	100,0	
Técnico Superior de Saúde	0	0	0	1	5	602	61	669	0,0	0,1	99,9	100,0	
Administração Tributária e Aduaneira	11	227	1 466	3 054	470	3 825	175	9 228	2,6	49,0	48,4	100,0	
Conservador e Notário	0	0	0	0	0	643	1	644	0,0	0,0	100,0	100,0	
Oficial dos Registos e do Notariado	62	533	860	2 281	168	313	4	4 221	14,1	74,4	11,5	100,0	
Oficial de Justiça	49	951	4 566	1 163	61	519	18	7 327	13,6	78,2	8,2	100,0	
Forças Armadas	827	8 945	1 565	13 664	677	4 683	848	31 209	31,3	48,8	19,9	100,0	
Forças de segurança	4 885	14 281	5 844	22 637	164	3 154	756	51 721	37,1	55,1	7,9	100,0	
Bombeiro	352	952	111	613	4	57	6	2 095	62,2	34,6	3,2	100,0	
Polícia Municipal (d)	80	158	92	715	12	86	3	1 146	20,8	70,4	8,8	100,0	

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: Ver também notas do Quadro 3.1.1

Gráfico 3.2.1 Distribuição dos níveis de escolaridade nos cargos, carreiras e grupos, 30 junho 2014



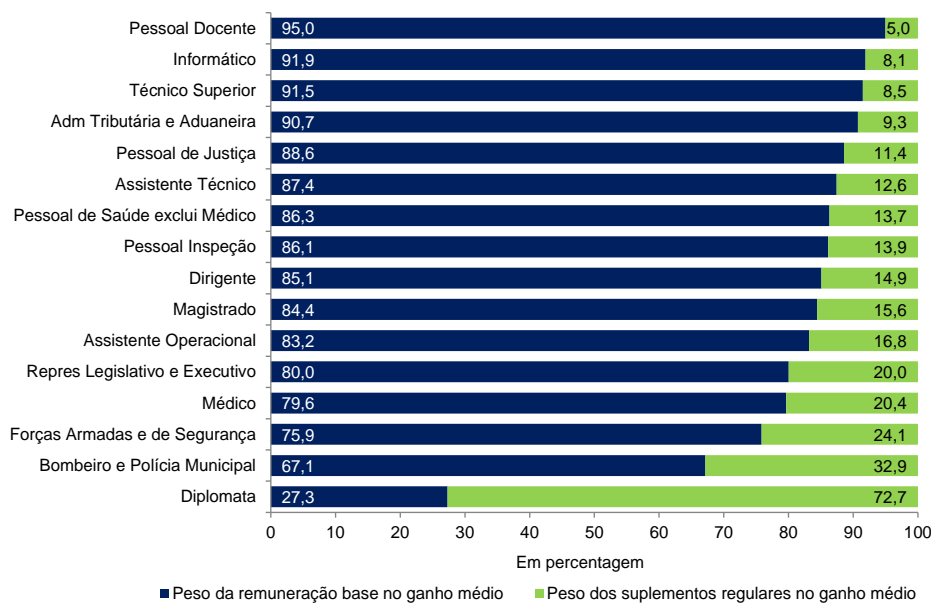
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

3.3 Remunerações por cargo, carreira e grupo

No período de referência, o pessoal docente continua a destacar-se pelo maior peso da remuneração base média relativamente ao ganho médio, 95,0%. Pelo contrário, para os diplomatas são os suplementos regulares que assumem a maior importância no ganho médio auferido mensalmente (72,7%). De salientar que no valor dos suplementos estão incluídos os montantes referentes a subsídio de refeição, outros suplementos regulares e remunerações por trabalho extraordinário (Gráfico 3.3.1).

Em abril de 2014, em comparação com o mesmo mês de 2013, os valores da remuneração base média mensal dos trabalhadores das administrações públicas registaram uma quebra global de 5,4%, apresentando variações negativas em todas as carreiras em resultado das reduções remuneratórias aplicadas a partir de janeiro de 2014. Apesar deste comportamento, as carreiras com remuneração base acima e abaixo da média global mantêm-se as mesmas nos dois meses em análise (Gráfico 3.3.2).

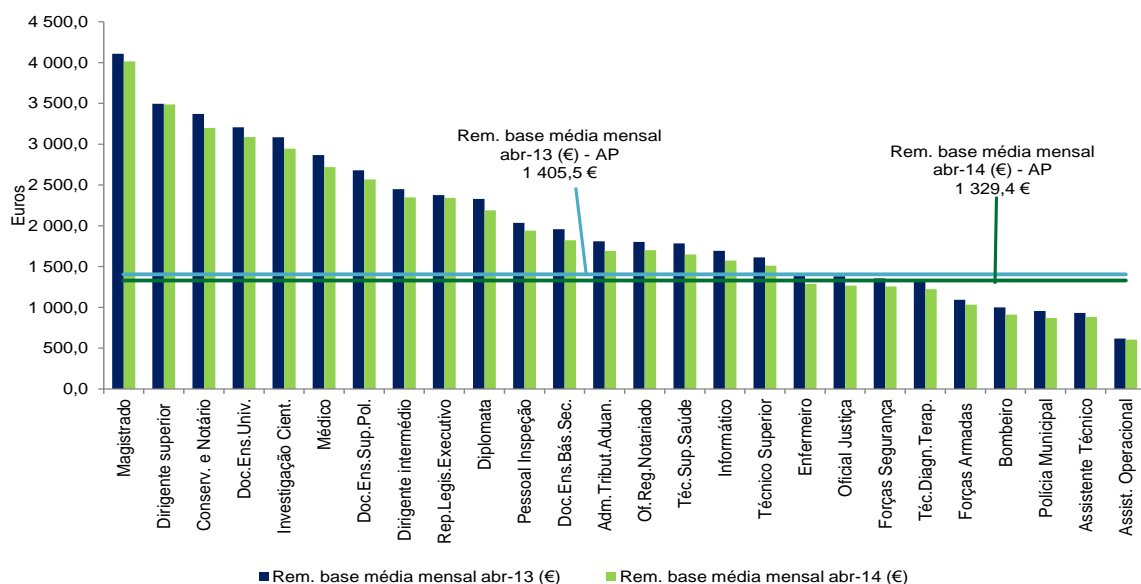
Gráfico 3.3.1 Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, abril 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP - SIEP 2.ºT 2014

Notas: Pessoal Docente: inclui docentes de todos os níveis de ensino e pessoal de investigação científica; Pessoal de Justiça: inclui conservador e notário, oficial de registos e notariado e oficial de justiça; Dirigente: inclui dirigentes superiores e intermédios de todos os graus; Repres. Legislativo e Executivo = representantes do poder legislativo e dos órgãos executivos

Gráfico 3.3.2 Comparação da remuneração base média mensal por cargo, carreira e grupo nas administrações públicas, abril 2013 e 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios para abril 2014); DGAEP/DEEP - SIEP 2.ºT 2014

4. Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica

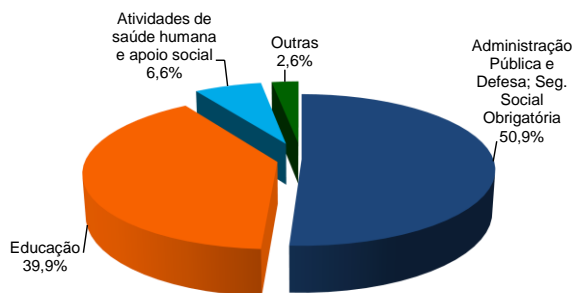
Segundo os dados apurados para 30 de junho de 2014, 90,8% do emprego nas administrações públicas concentra-se nas atividades de “Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória” (Secção O) e de “Educação” (Secção P) (Gráfico 4.1). A maior contribuição para a quebra do emprego nas administrações públicas deve-se à atividade económica “Educação” (Secção P) devido ao peso que esta representa no total do emprego (39,9%). Para a taxa de feminização das administrações públicas é de realçar o contributo das atividades de “Educação” (P) e “Saúde” (Q), nas quais, respetivamente, 74,9% e 77,6% são mulheres trabalhadoras (Quadro 4.1 e Gráfico 4.2).

Quadro 4.1 Emprego nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE)

Unidade: postos de trabalho		ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total					ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL				
Secção	CAE rev.3	30 jun 2013	31 dez 2013	30 jun 2014 (p)	V. H. %	V. S. %	30 jun 2013	31 dez 2013	30 jun 2014 (p)	V. H. %	V. S. %	30 jun 2013	31 dez 2013	30 jun 2014 (p)	V. H. %	V. S. %
	Designação															
	Total	575 920	563 739	552 959	-4,0	-1,9	428 983	419 406	411 407	-4,1	-1,9	146 937	144 333	141 552	-3,7	-1,9
C+D+ E+F	Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	734	720	687	-6,4	-4,6	571	561	531	-7,0	-5,4	163	159	156	-4,3	-1,9
H	Transportes e armazenagem	4 936	4 748	4 724	-4,3	-0,5	4 715	4 560	4 515	-4,2	-1,0	221	188	209	-5,4	11,2
G+L+N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas	856	836	696	-18,7	-16,8	383	381	540	41,0	41,7	473	455	156	-67,0	-65,7
J	Atividades de informação e de comunicação	2 106	1 967	1 933	-8,2	-1,7	2 035	1 897	1 862	-8,5	-1,9	71	70	71	0,0	1,4
M	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	3 658	3 502	3 319	-9,3	-5,2	3 416	3 316	3 138	-8,1	-5,4	242	186	181	-25,2	-2,7
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	291 543	288 016	281 389	-3,5	-2,3	166 789	165 063	160 497	-3,8	-2,8	124 754	122 953	120 892	-3,1	-1,7
	das quais:															
	Administração pública em geral, económica e social	166 074	163 673	160 094	-3,6	-2,2	43 348	42 717	41 171	-5,0	-3,6	122 726	120 956	118 923	-3,1	-1,7
	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	113 244	112 294	109 959	-2,9	-2,1	113 156	112 206	109 868	-2,9	-2,1	88	88	91	3,4	3,4
	Atividades de segurança social obrigatória	12 225	12 049	11 336	-7,3	-5,9	10 285	10 140	9 458	-8,0	-6,7	1 940	1 909	1 878	-3,2	-1,6
P	Educação	231 152	223 611	220 572	-4,6	-1,4	213 891	206 783	203 858	-4,7	-1,4	17 261	16 828	16 714	-3,2	-0,7
	das quais:															
	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	191 653	184 176	181 737	-5,2	-1,3	174 994	167 946	165 617	-5,4	-1,4	16 659	16 230	16 120	-3,2	-0,7
	Ensino superior	36 359	36 286	35 720	-1,8	-1,6	36 359	36 286	35 720	-1,8	-1,6	0	0	0	-	-
	Outras atividades educativas	3 140	3 149	3 115	-0,8	-1,1	2 538	2 551	2 521	-0,7	-1,2	602	598	594	-1,3	-0,7
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	37 111	36 785	36 474	-1,7	-0,9	35 428	35 138	34 777	-1,8	-1,0	1 683	1 647	1 697	0,8	3,0
	das quais:															
	Atividades de saúde humana	28 300	28 009	27 773	-1,9	-0,8	26 631	26 377	26 093	-2,0	-1,1	1 669	1 632	1 680	0,7	2,9
	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	8 811	8 776	8 701	-1,3	-0,9	8 797	8 761	8 684	-1,3	-0,9	14	15	17	21,4	13,3
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	3 120	2 947	2 531	-18,9	-14,1	1 650	1 644	1 624	-1,6	-1,2	1 470	1 303	907	-38,3	-30,4
	das quais:															
	Ativ. de teatro, música, dança, outras artist. e literárias	731	730	664	-9,2	-9,0	446	452	438	-1,8	-3,1	285	278	226	-20,7	-18,7
	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 344	1 335	1 312	-2,4	-1,7	1 177	1 165	1 142	-3,0	-2,0	167	170	170	1,8	0,0
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	1 045	882	555	-46,9	-37,1	27	27	44	63,0	63,0	1 018	855	511	-49,8	-40,2
S	Outras atividades de serviços	704	607	634	-9,9	4,5	105	63	65	-38,1	3,2	599	544	569	-5,0	4,6

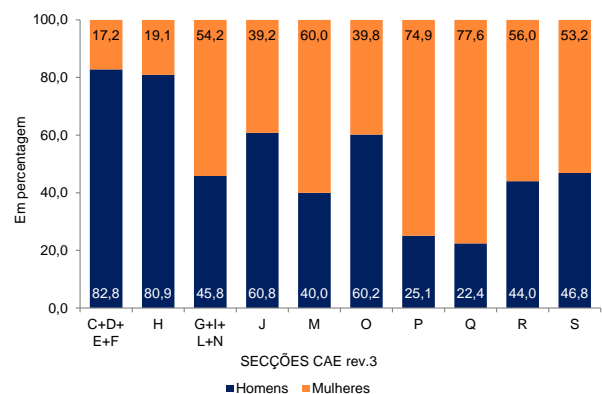
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014); DGAEP/DEEP - SIEP 2.ºT 2014

Gráfico 4.1 Estrutura do emprego nas administrações públicas por CAE, 30 junho 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP - SIEP 2.ºT 2014

Gráfico 4.2 Estrutura do emprego nas administrações públicas por sexo segundo a CAE, 30 junho 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP - SIEP 2.ºT 2014

Em abril de 2014, em comparação com o mesmo mês do ano anterior, a remuneração base média mensal dos trabalhadores das administrações públicas, em termos globais, revelou uma quebra de 5,4% e o ganho médio mensal uma diminuição de 4,9%.

Os trabalhadores nas entidades classificadas em “Atividades de informação e comunicação” (Secção J), “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (Secção M), “Educação” em particular “Ensino superior” (Secção P), “Atividades de saúde humana” (na Secção Q) e “Atividades de teatro, música, dança e outras” (na Secção R) apresentam as remunerações base médias mensais acima da média geral das administrações públicas. As mesmas atividades mais os “Transportes e Armazenagem” (Secção H) e “Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil” (na Secção O) apresentam ganhos médios mensais acima da média global (Quadro 4.2 e Gráfico 4.3).

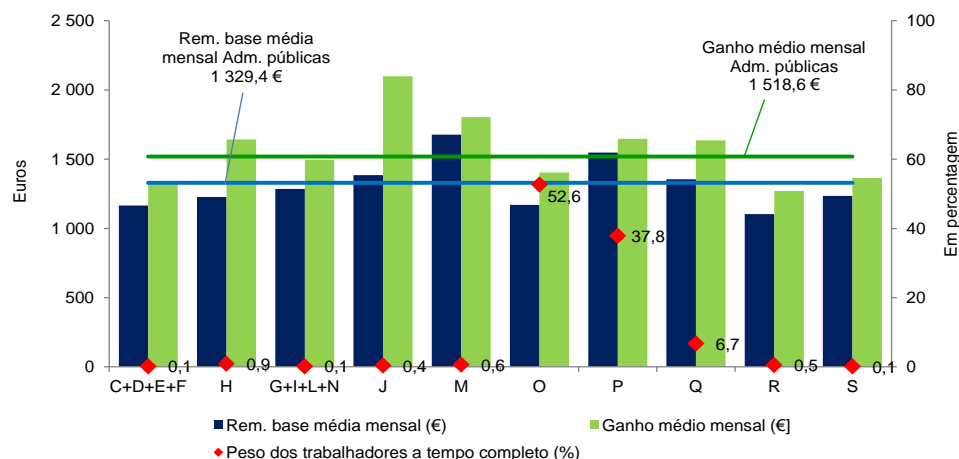
Quadro 4.2 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, segundo a CAE - abril 2013 e 2014

Unidade: euros

Secção	Designação	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total						ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				ADMINIST. REGIONAL E LOCAL			
		Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuner. base média mensal		Ganho médio mensal		Remuner. base média mensal		Ganho médio mensal	
		abril		Var. (%)	abril		Var. (%)	abril		abril		abril		abril	
		2013	2014 (p)		2013	2014 (p)		2013	2014 (p)	2013	2014 (p)	2013	2014 (p)	2013	2014 (p)
	Total	1 405,5	1 329,4	-5,4	1 597,5	1 518,6	-4,9	1 542,0	1 457,6	1 750,8	1 661,9	1 014,3	966,8	1 158,2	1 113,1
C+D+E+F	Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	1 235,6	1 164,6	-5,7	1 393,0	1 339,1	-3,9	1 268,9	1 191,9	1 393,7	1 341,9	1 115,2	1 067,4	1 390,6	1 329,4
H	Transportes e armazenagem	1 296,4	1 227,3	-5,3	1 729,1	1 642,0	-5,0	1 290,2	1 205,9	1 713,7	1 608,7	1 436,9	1 712,0	2 079,0	2 396,3
G+I+L+N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas	976,2	1 285,6	31,7	1 168,4	1 496,2	28,1	1 246,9	1 410,0	1 368,5	1 642,5	754,7	818,1	1 004,6	946,3
J	Atividades de informação e de comunicação	1 469,7	1 385,4	-5,7	2 200,3	2 099,3	-4,6	1 480,2	1 396,6	2 220,0	2 120,4	1 148,1	1 088,3	1 594,6	1 540,0
M	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 660,9	1 677,9	1,0	1 869,1	1 804,0	-3,5	1 716,2	1 735,0	1 931,6	1 862,1	816,7	804,6	916,5	915,6
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	1 234,2	1 169,5	-5,2	1 474,0	1 404,6	-4,7	1 442,2	1 362,9	1 751,6	1 666,6	947,6	906,0	1 091,7	1 047,4
	das quais:														
	Administração pública em geral, económica e social	1 115,5	1 061,5	-4,8	1 269,3	1 210,6	-4,6	1 585,7	1 504,7	1 766,7	1 676,7	946,1	904,8	1 090,1	1 045,7
	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	1 410,2	1 329,3	-5,7	1 780,0	1 694,6	-4,8	1 410,3	1 329,4	1 780,2	1 694,7	1 292,6	1 236,4	1 516,4	1 487,3
	Atividades de segurança social obrigatória	1 168,8	1 109,6	-5,1	1 340,9	1 266,6	-5,5	1 195,3	1 136,9	1 371,8	1 292,6	1 024,7	966,7	1 173,1	1 131,2
P	Educação	1 641,2	1 547,4	-5,7	1 738,9	1 647,6	-5,3	1 655,9	1 562,8	1 751,8	1 658,0	1 472,0	1 374,8	1 590,2	1 530,8
	das quais:														
	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	1 559,5	1 460,1	-6,4	1 654,5	1 558,5	-5,8	1 567,5	1 468,3	1 660,1	1 560,6	1 480,1	1 380,9	1 599,0	1 538,7
	Ensino superior	2 180,6	2 109,7	-3,3	2 291,1	2 217,0	-3,2	2 180,6	2 109,7	2 291,1	2 217,0	-	-	-	-
	Outras atividades educativas	1 265,3	1 208,2	-4,5	1 405,0	1 347,1	-4,1	1 280,2	1 216,9	1 429,2	1 365,6	1 192,3	1 164,7	1 286,6	1 255,0
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	1 414,1	1 354,4	-4,2	1 713,0	1 635,4	-4,5	1 421,6	1 361,0	1 721,9	1 640,3	1 252,5	1 210,7	1 520,4	1 527,4
	das quais:														
	Atividades de saúde humana	1 525,1	1 454,3	-4,6	1 877,0	1 783,1	-5,0	1 541,4	1 468,8	1 898,3	1 798,2	1 257,7	1 216,5	1 527,6	1 535,3
	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	1 071,5	1 047,5	-2,2	1 206,7	1 181,6	-2,1	1 072,0	1 048,3	1 207,3	1 182,3	821,9	652,8	915,8	765,5
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 146,4	1 104,2	-3,7	1 320,0	1 271,5	-3,7	1 372,4	1 293,0	1 547,0	1 453,9	882,2	836,1	1 054,5	1 012,4
	das quais:														
	Ativ. de teatro, música, dança, outras artist. e literárias	1 510,2	1 403,5	-7,1	1 790,3	1 673,7	-6,5	1 809,5	1 635,2	2 155,7	1 952,1	1 019,0	915,8	1 190,8	1 087,7
	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 211,9	1 164,1	-3,9	1 328,4	1 278,1	-3,8	1 214,2	1 166,4	1 323,6	1 267,2	1 195,4	1 148,3	1 362,6	1 353,4
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	801,2	766,6	-4,3	975,7	935,9	-4,1	1 136,7	1 094,4	1 349,3	1 226,6	791,7	748,0	965,0	919,5
S	Outras atividades de serviços	1 291,3	1 235,4	-4,3	1 418,9	1 364,0	-3,9	1 147,7	1 239,9	1 285,3	1 409,7	1 313,2	1 235,0	1 439,2	1 359,3

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014); DGAEP/DEEP - SIEP 2.º T 2014

Gráfico 4.3 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - abril 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP - SIEP 2.º T 2014

II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

5. Empresas públicas e demais entidades do sector público

A taxa de resposta das entidades que integram o sector público exceto administrações públicas é ainda variável conforme o subsector de administração detentor, sendo mais representativas as detidas pela administração regional da Madeira (100%) e a administração central (96%). Das entidades públicas detidas pela administração regional dos Açores apenas reportaram 14,8% do total de entidades, essencialmente entidades públicas empresariais.

De realçar que a estrutura do emprego por sexo nestas entidades, com exceção das detidas pela administração local, em 30 de junho de 2014, é maioritariamente feminina (Quadro 5.1 e Gráfico 5.1).

Em 30 de junho 2014, é de destacar a variação homóloga negativa de 13,7% do emprego nas sociedades não financeiras detidas pela administração central, bem como o aumento da remuneração de base média mensal, por efeito da conclusão dos processos de privatização da Ana Aeroportos Portugal S.A. no 3.º trimestre 2013 e dos CTT - Correios de Portugal, S.A. no 4.º trimestre 2013 e respetivas participadas. Da mesma forma, a redução do emprego das sociedades financeiras detidas pela administração central (-22,7%) reflete essencialmente a finalização da privatização de todas as empresas do grupo Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. no 2.º trimestre 2014 e consequente saída do universo do sector público deste conjunto de empresas.

Quadro 5.1 Evolução do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas

	Emprego (N.º)						Variação homóloga					
	30-jun-2013			30-jun-2014 (p)			H		M		Total	
	H	M	Total	H	M	Total	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Empresas e demais entidades públicas:												
Detidas pela administração central	65 098	94 720	159 818	50 762	85 624	136 386	-14 336	-22,0	-9 096	-9,6	-23 432	-14,7
das quais:												
Sociedades financeiras	7 809	8 708	16 517	5 911	6 861	12 772	-1 898	-24,3	-1 847	-21,2	-3 745	-22,7
Sociedades não financeiras	57 289	86 012	143 301	44 851	78 763	123 614	-12 438	-21,7	-7 249	-8,4	-19 687	-13,7
Detidas pela adm. regional dos Açores	762	2 319	3 081	748	2 290	3 038	-14	-1,8	-29	-1,3	-43	-1,4
Detidas pela adm. regional da Madeira	3 201	4 124	7 325	3 164	4 068	7 232	-37	-1,2	-56	-1,4	-93	-1,3
Detidas pela administração local	10 897	5 322	16 219	10 695	5 090	15 785	-202	-1,9	-232	-4,4	-434	-2,7

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014); DGAEP/DEEP - SIEP 2.º T 2014

Notas: Dados referentes a: 96% das entidades públicas detidas pela administração central; totalidade das entidades públicas detidas pela adm. regional da Madeira; 14,8% das entidades públicas detidas pela adm. regional dos Açores; 80,0% das entidades públicas detidas pela administração local.

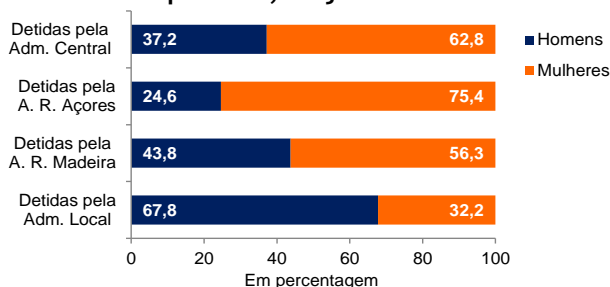
Quadro 5.2 Evolução das remunerações nas empresas públicas e demais entidades públicas

Unidade: euro	Remuneração base média mensal					Ganho médio mensal				
	outubro 2012	abril 2013	outubro 2013	abril 2014 (p)	Var. % abr.14/abr.13	outubro 2012	abril 2013	outubro 2013	abril 2014 (p)	Var. % abr.14/abr.13
	Empresas e demais entidades públicas:									
Detidas pela administração central	1 323,6	1 326,9	1 357,0	1 308,4	-1,4	1 769,7	1 740,3	1 744,4	1 684,9	-3,2
das quais:										
Sociedades financeiras	1 611,4	1 520,2	1 513,9	1 538,3	1,2	2 269,2	2 276,1	2 283,1	2 267,4	-0,4
Sociedades não financeiras	1 295,0	1 304,4	1 336,4	1 284,5	-1,5	1 720,1	1 677,9	1 673,6	1 624,4	-3,2
Detidas pela adm. regional dos Açores	1 330,3	1 228,8	1 233,7	1 173,2	-4,5	1 835,4	1 685,1	1 625,6	1 674,4	-0,6
Detidas pela adm. regional da Madeira	1 138,6	1 141,5	1 128,7	1 084,3	-5,0	1 484,3	1 445,1	1 472,2	1 380,9	-4,5
Detidas pela administração local	887,7	887,8	878,8	844,4	-4,9	1 076,0	1 080,1	1 058,5	1 024,1	-5,2

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014); DGAEP/DEEP - SIEP 2.º T 2014

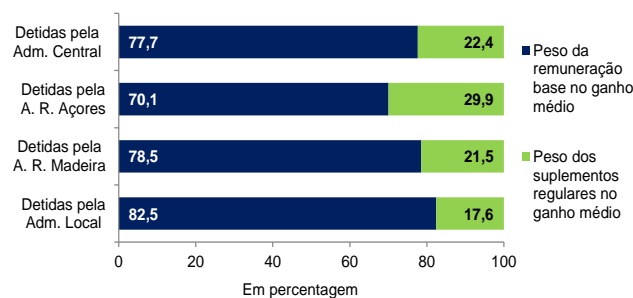
Notas: Dados referentes a: 96% das entidades públicas detidas pela administração central; a totalidade das entidades públicas detidas pela adm. regional da Madeira; 14,8% das entidades públicas detidas pela adm. regional dos Açores; 80,0% das entidades públicas detidas pela administração local.

Gráfico 5.1 Estrutura do emprego segundo o sexo nas empresas públicas e demais entidades públicas, 30 junho 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP - SIEP 2.º T 2014

Gráfico 5.2 Estrutura do ganho médio mensal, abril 2014



6. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público

A 30 de junho 2014, 49,4% do total de trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central são assistentes técnicos/administrativos e assistentes operacionais/operários/auxiliares. Nestas empresas 30,7% dos trabalhadores têm entre 35 e 44 anos: 34,4% nas sociedades financeiras e 30,3% nas sociedades não financeiras. Nas sociedades do sector público detidas pela administração regional da Madeira os trabalhadores repartem-se em idêntica proporção (cerca de 31%) nos escalões etários dos 35-44 anos (30,7%) e dos 45-54 anos (31,0%) (Quadro 6.1 e Gráfico 6.1).

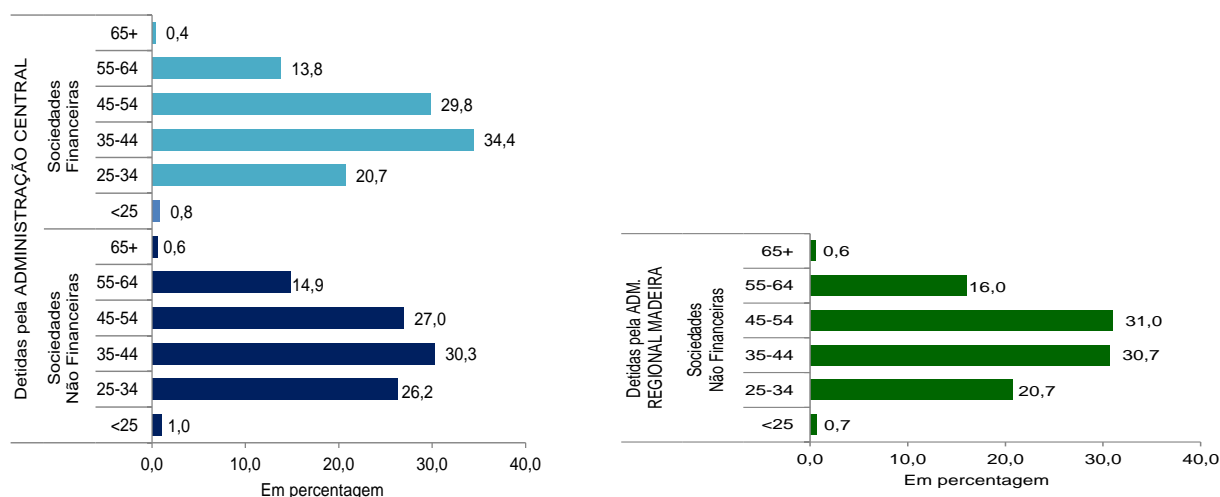
Quadro 6.1 Estrutura etária dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2014

Unidade: Em percentagem

CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA							
	Total Emprego	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Total Emprego	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total
Total	136 386	1,0	25,7	30,7	27,3	14,8	0,6	100,0	7 232	0,7	20,8	30,8	31,1	16,1	0,6	100,0
Dirigente superior	580	0,0	1,2	20,0	34,7	38,4	5,7	100,0	24	0,0	8,3	20,8	29,2	33,3	8,3	100,0
Dirigente intermédio	3 805	0,1	2,9	37,0	36,5	22,6	1,0	100,0	127	0,0	3,1	29,1	37,0	29,1	1,6	100,0
Técnico Superior	8 298	0,4	20,2	43,0	24,0	11,8	0,6	100,0	338	0,3	29,3	44,7	16,0	8,0	1,8	100,0
Assistente técnico/administrativo	29 497	1,1	20,6	34,8	28,8	14,3	0,4	100,0	1 067	0,7	14,9	30,7	34,3	19,2	0,1	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	37 890	1,5	15,5	29,5	32,5	20,4	0,6	100,0	3 219	0,8	12,7	28,7	36,3	20,8	0,7	100,0
Informático	956	0,6	17,5	44,4	25,8	11,6	0,1	100,0	39	2,6	23,1	33,3	33,3	7,7	0,0	100,0
Pessoal de Investigação Científica	16	0,0	0,0	18,8	62,5	12,5	6,3	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund	96	0,0	8,3	22,9	42,7	26,0	0,0	100,0	6	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	100,0
Pessoal de Inspeção	39	0,0	0,0	46,2	41,0	12,8	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Médico	18 167	1,7	37,8	19,0	20,0	20,0	1,5	100,0	520	2,3	34,6	24,8	16,5	20,8	1,0	100,0
Enfermeiro	29 467	0,3	40,5	30,1	23,4	5,6	0,1	100,0	1 543	0,1	34,8	33,1	26,5	5,4	0,1	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	6 155	0,3	34,4	32,3	24,7	8,1	0,2	100,0	252	0,4	34,1	31,3	27,8	6,3	0,0	100,0
Técnico Superior de Saúde	1 103	0,0	16,4	40,0	29,0	14,1	0,5	100,0	97	0,0	20,6	51,5	26,8	1,0	0,0	100,0
Oficial dos Registos e do Notariado	2	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Forças Armadas	309	9,7	33,0	27,2	27,8	2,3	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Forças de segurança	6	0,0	16,7	50,0	16,7	16,7	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP - SIEP 2.ºT 2014

Gráfico 6.1 Estrutura etária nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pelas administrações central e regional da Madeira, 30 junho 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

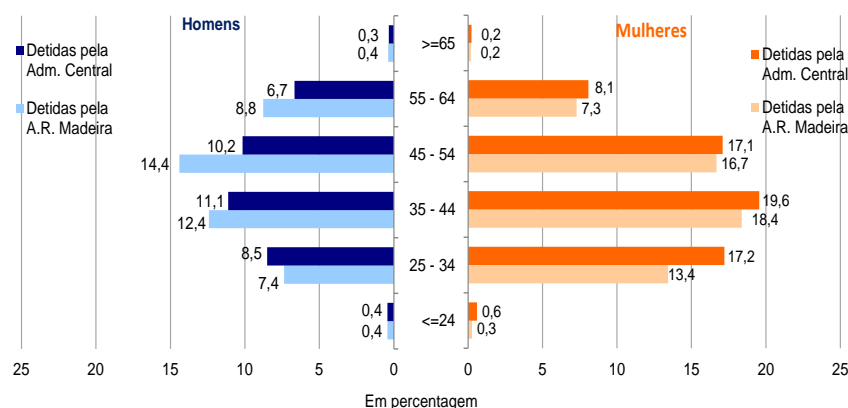
Quadro 6.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, 30 junho 2014

CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DA MADEIRA			
	Idade média estimada	Escalão modal (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)	Idade média estimada	Escalão modal (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)
Total	42,5	[35-44]	74,7	73,5	43,8	[45-54]	48,2	58,8
Dirigente superior	52,4	[55-64]	0,4	5,5	50,3	[55-64]	0,0	26,3
Dirigente intermédio	47,6	[35-44]	2,0	19,1	49,4	[45-54]	2,7	17,6
Técnico Superior	42,3	[35-44]	45,1	78,7	40,3	[35-44]	81,5	136,4
Assistente técnico/administrativo	43,0	[35-44]	54,8	66,0	45,1	[45-54]	23,4	45,4
Assist. operacional/operário/auxiliar	45,2	[45-54]	33,1	44,4	46,2	[45-54]	20,8	35,4
Informático	42,4	[35-44]	41,4	74,8	42,0	[35-44]	66,7	62,5
Pessoal de Investigação Científica	50,0	[45-54]	0,0	0,0	-	-	-	-
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund.	47,8	[45-54]	12,0	24,7	53,7	[45-54]	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção	46,1	[35-44]	0,0	30,0	-	-	-	-
Médico	41,6	[25-34]	119,6	102,1	41,6	[25-34]	100,9	104,7
Enfermeiro	38,9	[25-34]	269,2	132,1	39,7	[25-34]	226,2	116,4
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	40,2	[25-34]	152,0	102,9	39,6	[25-34]	306,3	101,6
Técnico Superior de Saúde	43,8	[35-44]	17,3	62,7	41,0	[35-44]	0,0	90,2
Oficial dos Registos e do Notariado	59,5	[55-64]	0,0	0,0	-	-	-	-
Forças Armadas	37,7	[25-34]	1 071,4	128,9	-	-	-	-
Forças de segurança	42,8	[35-44]	100,0	50,0	-	-	-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

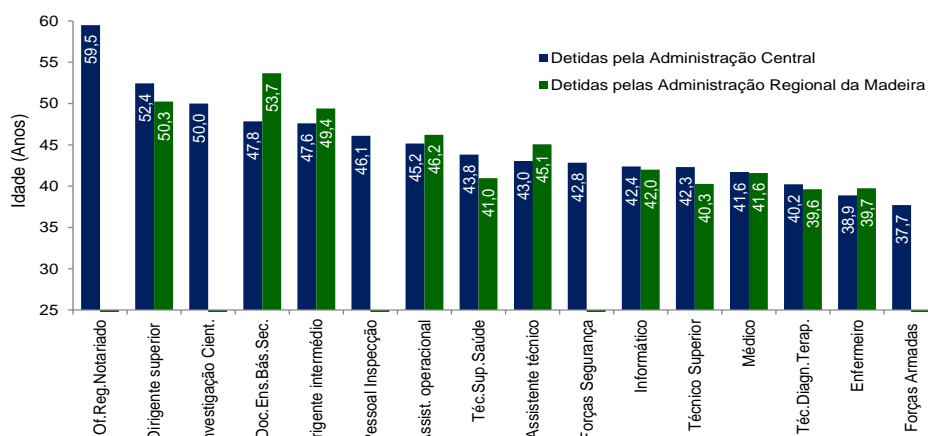
Notas: (*) Em número índice, base = 100; a) “ - “ Valor sem expressão estatística dada a relação muito elevada entre o numerador e o denominador - Ver 12. Notas Técnicas relativas a conceitos

Gráfico 6.2 Pirâmide etária dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, 30 junho 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

Gráfico 6.3 Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

No último dia do 2.º trimestre de 2014, a idade média estimada dos trabalhadores de empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central (42,5 anos) é inferior em 1,3 anos para o mesmo indicador na administração regional da Madeira (Quadro 6.2).

Nas entidades detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira, não considerando as carreiras das Forças Armadas, os enfermeiros constituem o grupo com idade média mais baixa: 38,9 e 39,7 anos, respetivamente (Gráfico 6.3).

7. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público

No último dia do 1.º semestre, dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades detidas pela administração central, 54,7% têm nível de escolaridade de ensino superior, sendo 6% no sector das sociedades financeiras e 48,7% nas sociedades não financeiras. Este indicador apresenta um valor um pouco mais baixo nas empresas e demais entidades detidas pela administração regional da Madeira: 41% dos trabalhadores detêm qualificações de nível superior em contraponto com o número de trabalhadores que possuem habilitação de ensino básico (43,9%) (Quadro 7.1 e Gráfico 7.1). De notar que do total de trabalhadores com ensino superior, nas entidades detidas pela administração central 69% são mulheres e 31% são homens; nas entidades detidas pela administração regional da Madeira 72,3% são mulheres e 27,7% homens (Gráfico 7.2).

Quadro 7.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 30 junho 2013 e 2014

	30-junho-2013			30-junho-2014 (p)			Variação (N.º)			Variação (%)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	65 098	94 720	159 818	50 762	85 624	136 386	-14 336	-9 096	-23 432	-22,0	-9,6	-14,7
Ensino básico	20 258	18 853	39 111	13 837	16 810	30 647	-6 421	-2 043	-8 464	-31,7	-10,8	-21,6
Ensino Secundário	20 503	22 845	43 348	13 739	17 416	31 155	-6 764	-5 429	-12 193	-33,0	-23,8	-28,1
Ensino Superior	24 337	53 022	77 359	23 186	51 398	74 584	-1 151	-1 624	-2 775	-4,7	-3,1	-3,6
Sociedades Financeiras	7 809	8 708	16 517	5 911	6 861	12 772	-1 898	-1 847	-3 745	-24,3	-21,2	-22,7
Ensino básico	687	405	1 092	226	167	393	-461	-238	-699	-67,1	-58,8	-64,0
Ensino Secundário	3 793	3 247	7 040	2 348	1 914	4 262	-1 445	-1 333	-2 778	-38,1	-41,1	-39,5
Ensino Superior	3 329	5 056	8 385	3 337	4 780	8 117	8	-276	-268	0,2	-5,5	-3,2
Sociedades Não Financeiras	57 289	86 012	143 301	44 851	78 763	123 614	-12 438	-7 249	-19 687	-21,7	-8,4	-13,7
Ensino básico	19 571	18 448	38 019	13 611	16 643	30 254	-5 960	-1 805	-7 765	-30,5	-9,8	-20,4
Ensino Secundário	16 710	19 598	36 308	11 391	15 502	26 893	-5 319	-4 096	-9 415	-31,8	-20,9	-25,9
Ensino Superior	21 008	47 966	68 974	19 849	46 618	66 467	-1 159	-1 348	-2 507	-5,5	-2,8	-3,6
DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA	3 201	4 124	7 325	3 164	4 068	7 232	-37	-56	-93	-1,2	-1,4	-1,3
Ensino básico	1 967	1 308	3 275	1 928	1 249	3 177	-39	-59	-98	-2,0	-4,5	-3,0
Ensino Secundário	407	690	1 097	414	676	1 090	7	-14	-7	1,7	-2,0	-0,6
Ensino Superior	827	2 126	2 953	822	2 143	2 965	-5	17	12	-0,6	0,8	0,4

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014); DGAEP/DEEP

Gráfico 7.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira, 30 junho 2014

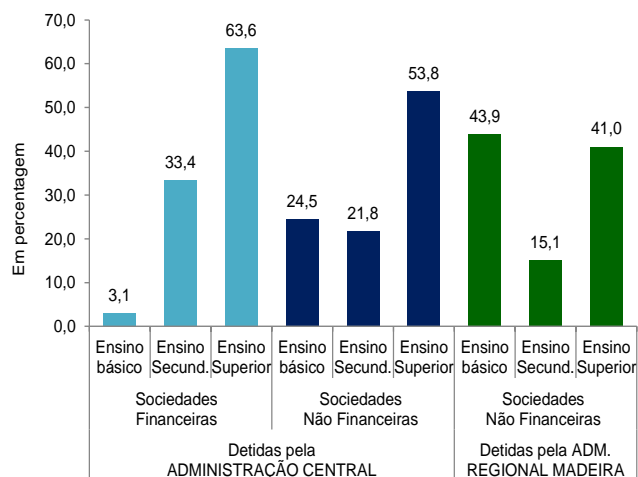
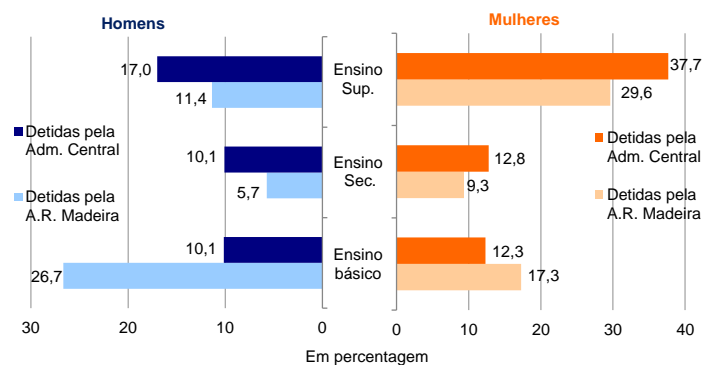


Gráfico 7.2 Estrutura por sexo do nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira, 30 junho 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

As carreiras de técnico superior, médico e enfermeiro nas empresas públicas e demais entidades públicas detidas quer pela administração central quer pela administração regional da Madeira, são as que mais contribuem para os níveis de escolaridade de ensino superior significativos. O grupo de assistente operacional/operário/auxiliar (87,9% dos quais possui ensino básico) é o que mais contribui para que o nível de ensino básico dos trabalhadores na administração regional da Madeira seja elevado (43,9%) (Quadro 7.2). O peso de doutorados em relação aos restantes graus de habilitação de ensino superior é maior nos trabalhadores enquadrados na carreira de investigação científica nas entidades detidas pela administração central (Gráficos 7.3 e 7.4).

Quadro 7.2 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2014

Unidade: postos de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DA MADEIRA							
	Emprego				Estrutura (%)				Emprego				Estrutura (%)			
	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
Total	30 647	31 155	74 584	136 386	22,5	22,8	54,7	100,0	3 177	1 090	2 965	7 232	43,9	15,1	41,0	100,0
Dirigente superior	3	18	559	580	0,5	3,1	96,4	100,0	0	2	22	24	0,0	8,3	91,7	100,0
Dirigente intermédio	201	687	2 917	3 805	5,3	18,1	76,7	100,0	2	5	120	127	1,6	3,9	94,5	100,0
Técnico Superior	119	1 116	7 063	8 298	1,4	13,4	85,1	100,0	3	6	329	338	0,9	1,8	97,3	100,0
Assistente técnico/administrativo	3 559	15 831	10 107	29 497	12,1	53,7	34,3	100,0	340	676	51	1 067	31,9	63,4	4,8	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	26 387	10 917	586	37 890	69,6	28,8	1,5	100,0	2 829	381	9	3 219	87,9	11,8	0,3	100,0
Informático	48	434	474	956	5,0	45,4	49,6	100,0	2	18	19	39	5,1	46,2	48,7	100,0
Pessoal de Investigação Científica	0	0	16	16	0,0	0,0	100,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund.	1	5	90	96	1,0	5,2	93,8	100,0	0	1	5	6	0,0	16,7	83,3	100,0
Pessoal de Inspecção	1	15	23	39	2,6	38,5	59,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Médico	0	0	18 167	18 167	0,0	0,0	100,0	100,0	0	0	520	520	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	140	1 535	27 792	29 467	0,5	5,2	94,3	100,0	0	0	1 543	1 543	0,0	0,0	100,0	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	84	500	5 571	6 155	1,4	8,1	90,5	100,0	1	1	250	252	0,4	0,4	99,2	100,0
Técnico Superior de Saúde	0	0	1 103	1 103	0,0	0,0	100,0	100,0	0	0	97	97	0,0	0,0	100,0	100,0
Oficial dos Registos e do Notariado	1	1	0	2	50,0	50,0	0,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Forças Armadas	100	93	116	309	32,4	30,1	37,5	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Forças de segurança	3	3	0	6	50,0	50,0	0,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

Gráfico 7.3 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, 30 junho 2014

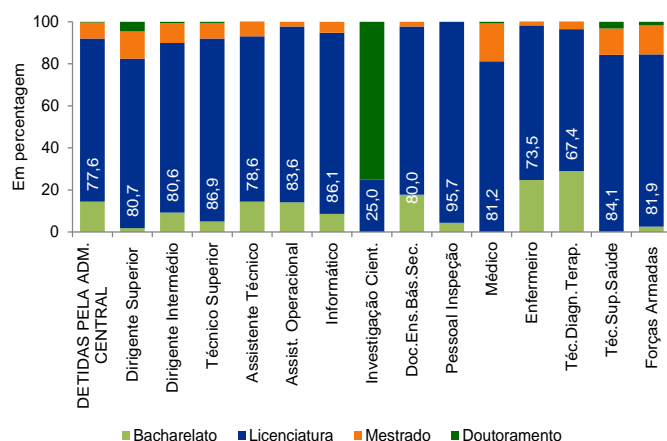
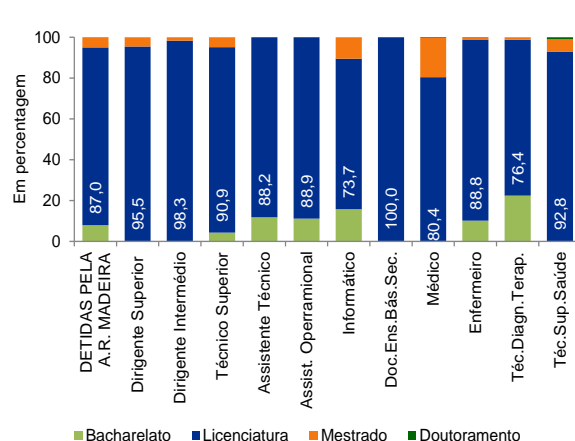


Gráfico 7.4 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades não financeiras detidas pela administração regional da Madeira, 30 junho 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

8. Emprego e remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público

O emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira concentra-se nas “Atividades de Saúde Humana” (Secção Q), correspondente essencialmente às unidades de saúde e hospitais E.P.E., enquanto nas entidades detidas pela administração local perto de dois terços do emprego está afeto à atividade de “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (Secção E), correspondente aos serviços municipalizados. As remunerações e ganhos médios mensais dos trabalhadores destas entidades do sector público detidas pela administração central apresentam valores superiores às detidas pelos restantes níveis de administração. Para tal contribuem as remunerações e os ganhos dos trabalhadores das entidades enquadradas nas atividades com maior peso de emprego: saúde, transportes e financeiras e seguros (Quadro 8.1 e Gráfico 8.1).

Quadro 8.1 Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas públicas e demais entidades públicas por classificação de atividade económica (CAE rev.3), 2.º trimestre 2014

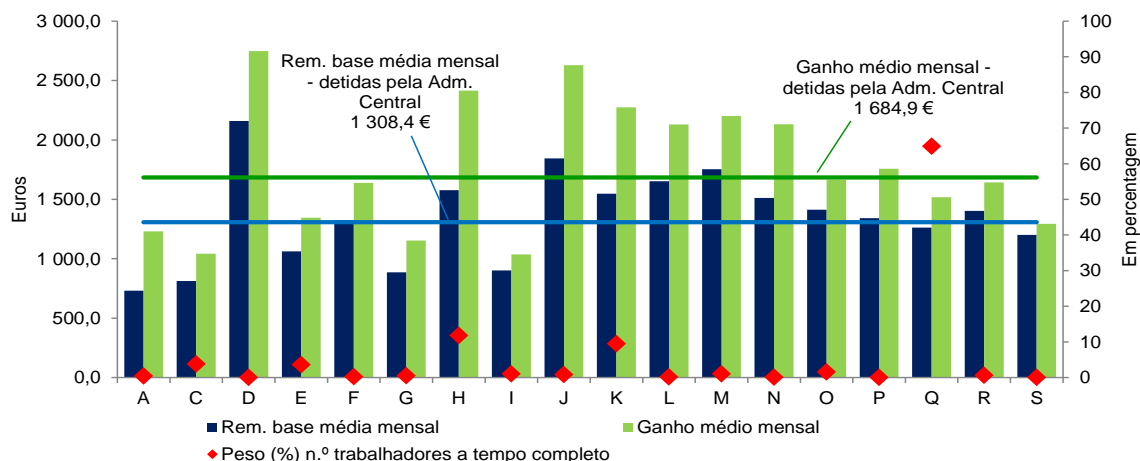
Unidade: postos de trabalho e euros

Secção	CAE rev.3	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA				DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL			
		30-jun-2014 (p)		abril 2014 (p)		30-jun-2014 (p)		abril 2014 (p)		30-jun-2014 (p)		abril 2014 (p)	
		Emprego		Remun. base média	Ganho médio	Emprego		Remun. base média	Ganho médio	Emprego		Remun. base média	Ganho médio
		N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)
	Total	136 386	100,0	1 308,4	1 684,9	7 232	100,0	1 084,3	1 380,9	15 785	100,0	844,4	1 024,1
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	554	0,4	731,6	1 229,5	235	3,3	583,0	742,9	8	0,1	729,8	816,5
C	Indústrias transformadoras	5 487	4,0	813,3	1 042,3	0	0,0	-	-	28	0,2	573,2	678,0
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4	0,0	2 160,1	2 748,4	781	10,8	1 363,4	1 965,5	27	0,2	1 247,4	1 406,4
E	Captação, tratam. e distribuição de água; saneamento (*)	4 842	3,6	1 062,8	1 346,2	406	5,6	772,0	1 006,6	10 097	64,0	815,2	997,7
F	Construção	274	0,2	1 323,0	1 638,2	0	0,0	-	-	435	2,8	959,6	1 146,1
G	Comércio grosso e retalho; rep. veíc. autom. e motociclos	715	0,5	885,7	1 154,1	268	3,7	662,5	803,3	5	0,0	555,0	804,0
H	Transportes e armazenagem	15 984	11,7	1 576,9	2 415,1	548	7,6	913,4	1 257,8	1 706	10,8	846,6	1 079,5
I	Alojamento, restauração e similares	1 421	1,0	901,9	1 037,1	0	0,0	-	-	106	0,7	736,6	843,1
J	Atividades de informação e de comunicação	1 092	0,8	1 843,9	2 629,5	9	0,1	639,7	807,2	71	0,5	1 196,6	1 275,3
K	Atividades financeiras e de seguros	12 840	9,4	1 547,4	2 274,7	0	0,0	-	-	0	0,0	-	-
L	Atividades imobiliárias	257	0,2	1 652,9	2 129,7	7	0,1	1 852,0	2 400,8	431	2,7	1 083,2	1 226,1
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 482	1,1	1 753,0	2 201,5	115	1,6	1 212,5	1 410,6	631	4,0	1 102,5	1 223,1
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	179	0,1	1 511,2	2 132,8	0	0,0	-	-	211	1,3	759,5	915,4
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	1 955	1,4	1 413,1	1 664,5	132	1,8	1 258,3	1 393,0	390	2,5	868,0	981,6
P	Educação	36	0,0	1 341,0	1 758,0	0	0,0	-	-	68	0,4	1 121,9	1 249,5
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	88 415	64,8	1 261,6	1 518,2	4 714	65,2	1 120,3	1 387,7	282	1,8	582,0	677,4
R	Atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas	838	0,6	1 403,5	1 642,4	17	0,2	967,9	1 108,9	1 231	7,8	842,8	1 030,0
S	Outras atividades de serviços	11	0,0	1 200,7	1 294,0	0	0,0	-	-	58	0,4	1 164,1	1 275,2

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014); DGAEP/DEEP -SIEP 2.ºT 2014

Nota: (*) Secção E “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”

Gráfico 8.1 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central, segundo a CAE rev.3, abril 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP - SIEP 2.ºT 2014

Em termos relativos, a carreira de enfermagem representa o maior grupo profissional de trabalhadores nas entidades públicas empresariais da saúde detidas pelas administrações públicas (33,3%) em 30 de junho de 2014. Por outro lado, os médicos, a terceira carreira com maior representatividade (19,9%), são a seguir aos dirigentes os que apresentam a diferença mais significativa entre a remuneração base e o ganho médio mensal, em abril de 2014 (Quadro 8.2).

Quadro 8.2 Emprego, remuneração base e ganho médios mensais dos trabalhadores a tempo completo nas Entidades Públicas Empresariais (E.P.E.) da Saúde por cargo, carreira e grupo, 2.º trimestre 2014

Unidade: postos de trabalho e euros

CARGO / CARREIRA / GRUPO	E.P.E. DA SAÚDE DETIDAS PELAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				E.P.E. DA SAÚDE DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				E.P.E. DA SAÚDE DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DOS AÇORES				E.P.E. DA SAÚDE DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DA MADEIRA			
	30-jun-2014 (p)		abril 2014 (p)		30-jun-2014 (p)		abril 2014 (p)		30-jun-2014 (p)		abril 2014 (p)		30-jun-2014 (p)		abril 2014 (p)	
	Emprego		Remun. base média	Ganho médio	Emprego		Remun. base média	Ganho médio	Emprego		Remun. base média	Ganho médio	Emprego		Remun. base média	Ganho médio
N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	
Total	95 917	100,0	1 251,9	1 517,0	88 271	100,0	1 261,4	1 517,9	2 932	100,0	1 181,9	1 695,0	4 714	100,0	1 120,3	1 387,7
Dirigente superior	186	0,2	3 363,5	4 539,4	180	0,2	3 320,4	4 510,3	6	0,2	4 633,4	5 397,3	0	0,0	-	-
Dirigente intermédio	370	0,4	2 766,3	3 593,0	279	0,3	2 740,3	3 284,5	16	0,6	3 427,8	4 330,0	75	1,6	2 725,3	4 511,0
Técnico Superior	2 308	2,4	1 540,1	1 709,4	2 086	2,4	1 554,1	1 720,0	98	3,3	1 489,1	1 832,4	124	2,6	1 342,0	1 432,7
Assistente técnico/administrativo	10 587	11,0	778,6	882,0	9 681	11,0	774,8	877,0	345	11,8	807,6	972,3	561	11,9	824,6	909,7
Assist. operacional/operário/auxiliar	23 088	24,1	561,4	672,6	20 683	23,4	558,3	666,9	901	30,7	608,7	818,9	1 504	31,9	575,3	661,7
Informático	479	0,5	1 419,5	1 736,3	427	0,5	1 401,7	1 729,4	19	0,7	1 615,1	1 979,6	33	0,7	1 541,7	1 692,6
Pessoal de Investigação Científica	15	0,0	2 810,1	2 966,9	15	0,0	2 810,1	2 966,9	0	0,0	-	-	0	0,0	-	-
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	104	0,1	1 758,8	1 855,9	96	0,1	1 729,9	1 817,4	3	0,1	1 722,0	2 044,9	5	0,1	2 285,5	2 366,6
Médico	19 074	19,9	2 362,3	3 105,0	18 144	20,6	2 363,3	3 064,0	410	14,0	2 370,9	4 010,0	520	11,0	2 320,3	3 744,7
Enfermeiro	31 912	33,3	1 211,4	1 383,7	29 449	33,4	1 212,2	1 379,1	920	31,4	1 210,6	1 686,1	1 543	32,7	1 196,4	1 289,5
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	6 564	6,8	1 150,2	1 298,4	6 126	6,9	1 146,1	1 289,8	186	6,3	1 201,5	1 533,5	252	5,4	1 208,7	1 331,5
Técnico Superior de Saúde	1 228	1,3	1 698,6	1 916,6	1 103	1,3	1 697,1	1 918,0	28	1,0	1 954,5	2 428,3	97	2,1	1 640,7	1 752,3
Polícia de Segurança Pública	2	0,0	1 246,7	1 669,2	2	0,0	1 246,7	1 669,2	0	0,0	-	-	0	0,0	-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014); DGAEP/DEEP- SIEP 2.º T 2014

Numa análise por NUTS II, observa-se uma concentração (81,0%) do emprego das E.P.E. da saúde nas regiões Norte, Centro e Lisboa, mantendo-se a estrutura do ano anterior, embora tenha diminuído em todas as regiões (-2,5% no total) em relação ao mês homólogo (Quadro 8.3).

Quadro 8.3 Emprego e remunerações médias mensais nas E.P.E. da Saúde detidas pelas administrações públicas por NUTS II

NUTS II	Emprego (N.º)						Remun. base média mensal (€)			Ganho médio mensal (€)		
	30 jun 2013	30 jun 2014	Estrutura %		Variação		abril 2013	abril 2014	Variação	abril 2013	abril 2014	Variação
			jun-2013	jun-2014	N.º	%	2013	2014	%	2013	2014	%
Portugal	98 406	95 917	100,00	100,00	-2 489	-2,5	1 313,9	1 251,9	-4,7	1 601,9	1 517,0	-5,3
Norte	31 059	30 350	31,6	31,6	-709	-2,3	1 321,1	1 250,9	-5,3	1 621,1	1 538,7	-5,1
Centro	20 248	19 911	20,6	20,8	-337	-1,7	1 354,0	1 300,2	-4,0	1 676,7	1 527,1	-8,9
Lisboa	28 489	27 438	29,0	28,6	-1 051	-3,7	1 324,4	1 261,7	-4,7	1 557,2	1 498,3	-3,8
Alentejo	6 981	6 777	7,1	7,1	-204	-2,9	1 304,9	1 242,4	-4,8	1 629,3	1 535,8	-5,7
Algarve	3 888	3 795	4,0	4,0	-93	-2,4	1 218,4	1 172,7	-3,8	1 439,9	1 410,5	-2,0
R. A. Açores	2 977	2 932	3,0	3,1	-45	-1,5	1 236,6	1 181,9	-4,4	1 704,9	1 695,0	-0,6
R. A. Madeira	4 764	4 714	4,8	4,9	-50	-1,1	1 174,3	1 120,3	-4,6	1 451,0	1 387,7	-4,4

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios para 30-06-2014 e abril 2014); DGAEP/DEEP - SIEP 2.º T 2014

III. OUTROS INDICADORES

9. Distribuição geográfica do emprego nas atividades de educação e saúde

A maior concentração geográfica de estabelecimentos de educação do ensino básico e secundário públicos situa-se no Norte (290). Em NUTS II, a Região Autónoma da Madeira regista, em média, o maior número de docentes por estabelecimento (151,5). As regiões do Grande Porto e da Grande Lisboa centralizam o emprego nos estabelecimentos de educação e ensino públicos: 25,9% nos estabelecimentos de ensino básico e secundário e 45,5% nos estabelecimentos de ensino superior (Quadro 9.1).

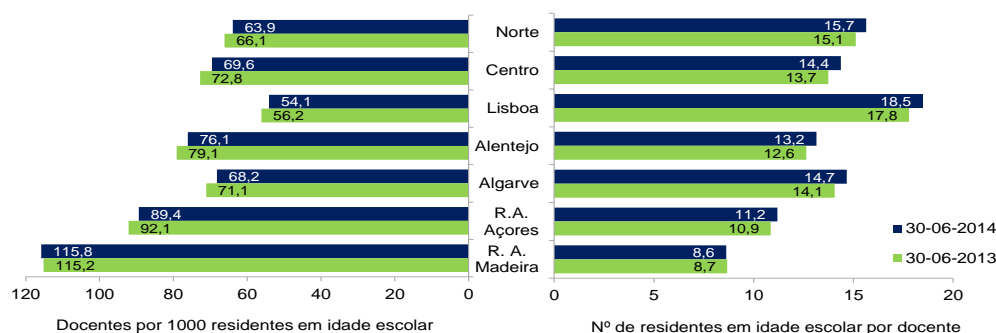
Quadro 9.1 Distribuição geográfica por NUTS II e III do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos, 30 junho 2014

NUTS II e III	Estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário						Estabelecimentos ensino superior		
	N.º de Estabec.	Educ. Infância e Docente do Ens. Básico e Secundário	Média docentes por estabelec.	Total Emprego nos estab. (*)	Dimensão Média dos estabelec.	População residente 3-18 anos por docente	Investigad. e Docentes do Ensino Universitário	Docentes do Ensino Superior Politécnico	Emprego nos estab. Ens. Sup.
	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)	(4)	(5)=(4)/(1)	(6)	(7)	(8)	(9)
Portugal	892	126 759	142,1	181 942	204,0	15,3	14 318	8 933	34 295
Continente	811	115 583	142,5	165 844	204,5	15,8	13 898	8 880	33 467
Norte	290	43 220	149,0	62 670	216,1	15,7	4 042	2 629	9 530
Minho-Lima	20	2 996	149,8	4 619	231,0	-	0	327	435
Cávado	31	4 990	161,0	7 092	228,8	-	787	223	1 586
Ave	39	5 654	145,0	8 162	209,3	-	429	0	520
Grande Porto	86	13 900	161,6	19 285	224,2	-	2 363	1 476	5 277
Tâmega	51	7 283	142,8	10 817	212,1	-	0	91	105
Entre Douro e Vouga	20	3 066	153,3	4 564	228,2	-	0	0	0
Douro	24	2 657	110,7	4 116	171,5	-	461	68	963
Alto Trás-os-Montes	19	2 674	140,7	4 015	211,3	-	2	444	644
Centro	191	27 183	142,3	39 967	209,3	14,4	2 976	3 047	8 997
Baixo Vouga	29	4 571	157,6	6 398	220,6	-	767	225	1 480
Baixo Mondego	25	3 540	141,6	5 122	204,9	-	1 532	773	3 576
Pinhal Litoral	18	2 883	160,2	4 082	226,8	-	5	571	840
Pinhal Interior Norte	14	1 630	116,4	2 510	179,3	-	0	35	48
Dão-Lafões	26	3 802	146,2	5 881	226,2	-	0	383	565
Pinhal Interior Sul	5	446	89,2	687	137,4	-	0	0	0
Serra da Estrela	4	540	135,0	840	210,0	-	0	0	0
Beira Interior Norte	10	1 263	126,3	2 057	205,7	-	0	217	332
Beira Interior Sul	7	849	121,3	1 285	183,6	-	0	369	578
Cova da Beira	10	1 040	104,0	1 543	154,3	-	672	0	927
Oeste	27	4 072	150,8	5 855	216,9	-	0	259	305
Médio Tejo	16	2 547	159,2	3 707	231,7	-	0	215	346
Lisboa	198	29 828	150,7	40 035	202,2	18,5	5 899	2 098	11 668
Grande Lisboa	133	20 787	156,3	27 877	209,6	-	5 397	1 583	10 341
Península de Setúbal	65	9 041	139,1	12 158	187,1	-	502	515	1 327
Alentejo	93	9 560	102,8	14 315	153,9	13,2	602	755	2 146
Alentejo Litoral	15	1 183	78,9	1 869	124,6	-	0	0	0
Alto Alentejo	20	1 557	77,9	2 286	114,3	-	0	198	318
Alentejo Central	18	2 145	119,2	3 184	176,9	-	602	49	1 037
Baixo Alentejo	18	1 709	94,9	2 583	143,5	-	0	206	332
Lezíria do Tejo	22	2 966	134,8	4 393	199,7	-	0	302	459
Algarve	39	5 792	148,5	8 857	227,1	14,7	379	351	1 126
R. A. Açores	40	4 964	124,1	7 041	176,0	11,2	225	40	466
R. A. Madeira	41	6 212	151,5	9 057	220,9	8,6	195	13	362

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2014 e Censos 2011; DGAEP/DEEP; Ver 12. Notas técnicas

Notas: (*) Total do emprego nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário públicos. Inclui Delegações Escolares da Direção Regional dos Recursos Humanos e da Administração Educativa da RAM; Não inclui Escola Portuguesa de Díli, Escola Portuguesa de Moçambique e Entidades de Ensino e Formação Profissional; “-”: dados não disponíveis para NUTS III.

Gráfico 9.1 Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar por NUTS II, 30 junho 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2014 e Censos 2011; DGAEP/DEEP

No território português, os estabelecimentos de saúde com maior dimensão média em termos de emprego encontram-se na região do Baixo Mondego (506,0 trabalhadores por estabelecimento). A região Norte é a maior empregadora nos estabelecimentos de saúde, no entanto apresenta, com a região do Alentejo, os valores mais baixos a nível nacional para os indicadores da saúde por 1000 residentes, em oposição às regiões autónomas dos Açores e da Madeira (Quadro 9.2).

Quadro 9.2 Distribuição geográfica por NUTS II e III do emprego em estabelecimentos hospitalares públicos e centros de saúde, 30 junho 2014

	Estabelec. (N.º)	Médicos	Enfermeiros	Técnicos de diagnóstico e terapêutica	Técnicos superiores de saúde	Total pessoal de saúde (6)=(2)+(3)+(4)+(5)	Total emprego saúde (*)	N.º médio pessoal de saúde por estabelec.	Dimensão Média dos estabelec.	Pessoal de saúde por 1000 residentes	Emprego saúde (*) 1000 residentes
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)/(1)	(9)=(7)/(1)	(10)	(11)
Portugal	496	26 114	39 696	7 615	1 534	74 959	121 640	151,1	245,2	7,2	11,7
Continente	455	25 027	36 734	7 066	1 400	70 227	112 314	154,4	246,8	7,1	11,4
Norte	158	9 223	12 758	1 999	444	24 424	38 275	154,6	242,3	6,7	10,5
Minho-Lima	14	535	810	110	36	1 491	2 412	106,5	172,3	-	-
Cávado	13	403	530	38	15	986	1 608	75,9	123,7	-	-
Ave	16	933	1 321	196	36	2 486	3 822	155,4	238,9	-	-
Grande Porto	45	5 201	6 740	1 134	254	13 329	20 248	296,2	450,0	-	-
Tâmega	21	673	906	106	15	1 700	2 794	81,0	133,1	-	-
Entre Douro e Vouga	8	561	704	112	23	1 400	2 285	175,0	285,6	-	-
Douro	23	547	1 037	176	35	1 795	2 953	78,0	128,4	-	-
Alto Trás-os-Montes	18	370	710	127	30	1 237	2 153	68,7	119,6	-	-
Centro	136	5 740	9 352	1 679	354	17 125	27 322	125,9	200,9	7,5	12,0
Baixo Vouga	16	622	957	135	31	1 745	2 724	109,1	170,3	-	-
Baixo Mondego	20	2 325	3 402	655	166	6 548	10 119	327,4	506,0	-	-
Pinhal Litoral	8	500	808	118	24	1 450	2 300	181,3	287,5	-	-
Pinhal Interior Norte	15	113	130	24	4	271	493	18,1	32,9	-	-
Dão-Lafões	19	669	983	176	31	1 859	2 878	97,8	151,5	-	-
Pinhal Interior Sul	6	22	51	6	2	81	146	13,5	24,3	-	-
Serra da Estrela	3	33	49	7	2	91	154	30,3	51,3	-	-
Beira Interior Norte	10	235	541	93	26	895	1 397	89,5	139,7	-	-
Beira Interior Sul	6	189	404	69	14	676	1 102	112,7	183,7	-	-
Cova da Beira	5	225	460	93	7	785	1 434	157,0	286,8	-	-
Oeste	15	476	774	141	18	1 409	2 323	93,9	154,9	-	-
Médio Tejo	13	331	793	162	29	1 315	2 252	101,2	173,2	-	-
Lisboa	75	7 807	10 239	2 444	441	20 931	33 483	279,1	446,4	7,5	12,0
Grande Lisboa	53	6 196	7 796	1 922	396	16 310	25 966	307,7	489,9	-	-
Península de Setúbal	22	1 611	2 443	522	45	4 621	7 517	210,1	341,7	-	-
Alentejo	65	1 367	2 632	551	76	4 626	8 026	71,2	123,5	6,3	10,9
Alentejo Litoral	6	113	303	64	9	489	815	81,5	135,8	-	-
Alto Alentejo	17	217	516	105	6	844	1 568	49,7	92,2	-	-
Alentejo Central	15	401	626	133	12	1 172	1 944	78,1	129,6	-	-
Baixo Alentejo	14	249	526	118	34	927	1 658	66,2	118,4	-	-
Lezíria do Tejo	13	387	661	131	15	1 194	2 041	91,9	157,0	-	-
Algarve	21	890	1 753	393	85	3 121	5 208	148,6	248,0	7,1	11,8
R. A. Açores	20	567	1 419	297	37	2 320	4 612	116,0	230,6	9,4	18,6
R. A. Madeira	21	520	1 543	252	97	2 412	4 714	114,9	224,5	9,2	18,1

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2014 e Censos 2011; DGAEP/DEEP; Ver 12. Notas técnicas.

Notas: (*) Total do emprego nos estabelecimentos de saúde. Inclui Entidades Públicas Empresariais na saúde.

“-”: dados não disponíveis para NUTS III.

Gráfico 9.2 Emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 30 junho 2014

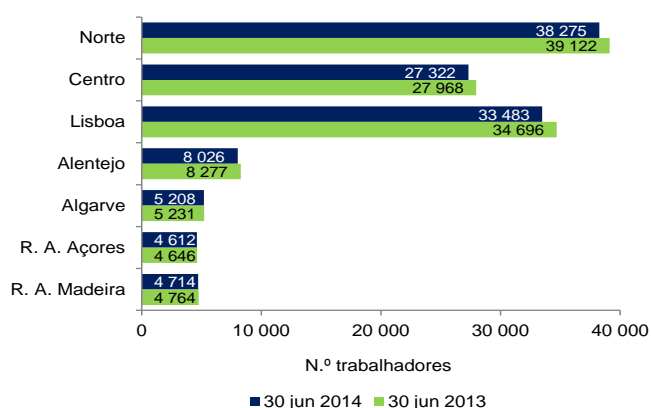
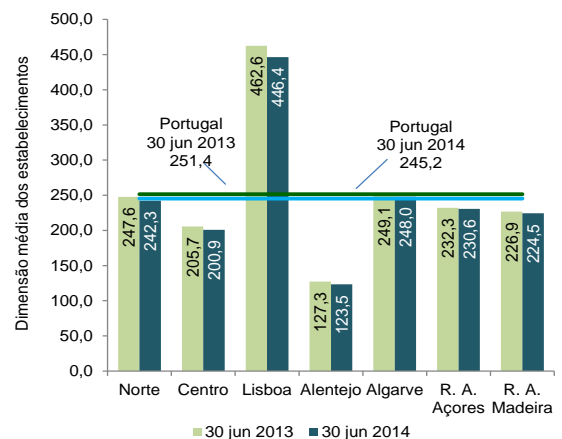


Gráfico 9.3 Dimensão média dos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 30 junho 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

10. Distribuição geográfica do emprego nos municípios

A 30 de junho de 2014, as câmaras municipais apresentam uma dimensão média em termos de emprego de 313,2 trabalhadores, valor com um máximo na Grande Lisboa e mínimos no Douro, Pinhal Interior Norte e na Região Autónoma dos Açores (Quadro 10.1). A taxa de variação homóloga do emprego nas câmaras municipais fixou-se em -3,8% (Quadro 10.2).

Quadro 10.1 Distribuição geográfica por NUTS II do emprego em câmaras municipais, 30 junho 2014

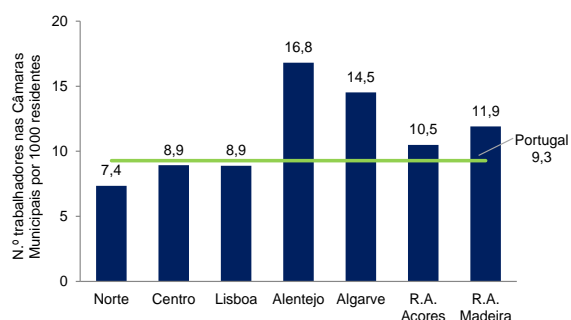
NUTS II e III	Câmaras Municipais (N.º)	Rep. poder legislativo e órgãos executivos	Dirigente	Técnico Superior	Informát.	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Polícia Municipal	Bombeiro	Outro Pessoal	Total Emprego	Dimensão média CM	Emp CM por 1000 residentes	
														(1)
Portugal	308		1 179	2 400	17 553	1 382	23 101	47 464	1 146	2 082	142	96 449	313,2	9,3
Continente	278		1 082	2 252	17 121	1 316	22 000	43 833	1 119	1 873	142	90 738	326,4	9,2
Norte	86		343	726	4 721	423	6 178	13 301	505	468	36	26 701	310,5	7,4
Minho-Lima	10		34	62	374	40	554	1 225	0	59	0	2 348	234,8	-
Cávado	6		26	70	389	34	495	1 077	45	93	12	2 241	373,5	-
Ave	8		40	87	554	47	735	1 321	113	0	1	2 898	362,3	-
Grande Porto	9		55	229	1 571	166	1 976	3 903	258	315	16	8 489	943,2	-
Tâmega	15		57	101	605	38	873	2 108	79	0	3	3 864	257,6	-
Entre Douro e Vouga	5		22	55	400	23	366	698	0	0	0	1 564	312,8	-
Douro	19		60	55	418	37	583	1 370	1	1	1	2 526	133,0	-
Alto Trás-os-Montes	14		49	67	410	38	596	1 599	9	0	3	2 771	197,9	-
Centro	100		368	483	3 626	295	4 884	10 275	82	265	5	20 283	202,8	8,9
Baixo Vouga	12		50	85	521	51	662	1 180	15	0	0	2 564	213,7	-
Baixo Mondego	8		30	71	561	34	659	1 180	44	133	0	2 712	339,0	-
Pinhal Litoral	5		26	51	251	16	386	614	0	57	0	1 401	280,2	-
Pinhal Interior Norte	14		45	24	297	16	407	1 019	7	0	2	1 817	129,8	-
Dão-Lafões	15		55	46	379	39	613	1 581	16	38	0	2 767	184,5	-
Pinhal Interior Sul	5		16	8	120	10	129	420	0	0	2	705	141,0	-
Serra da Estrela	3		10	8	87	4	105	283	0	0	0	497	165,7	-
Beira Interior Norte	9		32	21	331	21	341	844	0	0	1	1 591	176,8	-
Beira Interior Sul	4		13	19	104	10	157	359	0	0	0	662	165,5	-
Cova da Beira	3		9	19	119	14	165	292	0	0	0	618	206,0	-
Oeste	12		45	78	480	40	730	1 516	0	2	0	2 891	240,9	-
Médio Tejo	10		37	53	376	40	530	987	0	35	0	2 058	205,8	-
Lisboa	18		110	676	5 864	340	6 373	10 061	524	893	67	24 908	1 383,8	8,9
Grande Lisboa	9		61	431	4 516	254	4 255	6 028	524	791	53	16 913	1 879,2	-
Península de Setúbal	9		49	245	1 348	86	2 118	4 033	0	102	14	7 995	888,3	-
Alentejo	58		202	211	1 803	168	2 898	7 077	0	70	8	12 437	214,4	16,8
Alentejo Litoral	5		21	34	302	30	497	1 068	0	0	1	1 953	390,6	-
Alto Alentejo	15		51	37	290	27	517	1 345	0	0	0	2 267	151,1	-
Alentejo Central	14		49	49	435	42	648	1 851	0	0	3	3 077	219,8	-
Baixo Alentejo	13		42	44	373	34	582	1 671	0	0	1	2 747	211,3	-
Lezíria do Tejo	11		39	47	403	35	654	1 142	0	70	3	2 393	217,6	-
Algarve	16		59	156	1 107	90	1 667	3 119	8	177	26	6 409	400,6	14,5
R. A. Açores	19		57	60	208	33	544	1 668	27	0	0	2 597	136,7	10,5
R. A. Madeira	11		40	88	224	33	557	1 963	0	209	0	3 114	283,1	11,9

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2014 e Censos 2011; DGAEP/DEEP; Ver 12. Notas técnicas
Nota: “ - ” dados não disponíveis para NUTS III.

Quadro 10.2 Evolução do emprego nas câmaras municipais por NUTS II, 30 junho 2013 e 2014

NUTS II	N.º Câmaras	30 jun 2013	30 jun 2014 (p)	Variação homóloga			
				2013		2014	
				N.º	%	N.º	%
Portugal	308	100 260	96 449	-3 504	-3,4	-3 811	-3,8
Norte	86	27 445	26 701	-753	-2,7	-744	-2,7
Centro	100	21 063	20 283	-735	-3,4	-780	-3,7
Lisboa	18	26 336	24 908	-1 067	-3,9	-1 428	-5,4
Alentejo	58	12 969	12 437	-527	-3,9	-532	-4,1
Algarve	16	6 682	6 409	-365	-5,2	-273	-4,1
R. A. Açores	19	2 623	2 597	-25	-0,9	-26	-1,0
R. A. Madeira	11	3 142	3 114	-32	-1,0	-28	-0,9

Gráfico 10.1 Número de trabalhadores nas câmaras municipais por 1000 residentes, 30 junho 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014); INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2014 e Censos 2011; Ver 12. Notas técnicas; DGAEP/DEEP

11. Prestações de serviços em entidades de administração direta e indireta

Quadro 11.1 Prestações de serviços por nível de administração, 30 junho 2013 e 2014

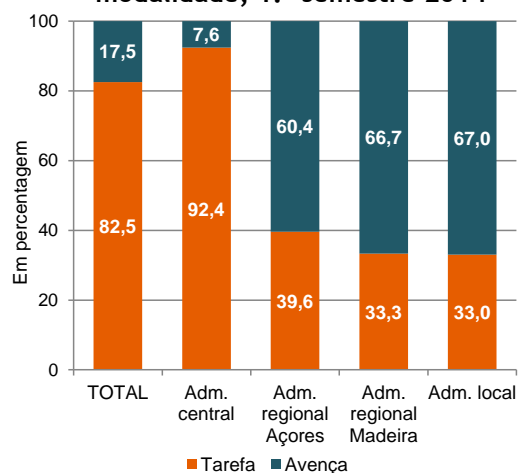
Unidade: prestadores de serviço	Distribuição das prestações de serviços segundo a modalidade (N.º)											1.º semestre 2014 (6 meses)			
	30-jun-2013			30-jun-2014 (p)			Estrutura no subsector (%)		Variação 30jun14 / 30jun13		Distribuição das prestações serviços (N.º)			Estrutura no subsector (%)	
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	jun-13	jun-14	N.º	%	Tarefa	Avença	Total		
TOTAL	16 316	4 876	21 192	15 862	4 582	20 444	100,0	100,0	-748	-3,5	24 438	5 181	29 619	100,0	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	15 266	1 763	17 029	14 809	1 730	16 539	80,4	80,9	-490	-2,9	22 798	1 880	24 678	83,3	
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (a)	9	15	24	9	11	20	0,1	0,1	-4	-16,7	13	11	24	0,1	
Presidência do Conselho de Ministros	341	80	421	296	84	380	2,5	2,3	-41	-9,7	391	89	480	2,0	
Ministério da Administração Interna	16	114	130	14	117	131	0,8	0,8	1	0,8	14	118	132	0,5	
Ministério da Agricultura e do Mar	17	40	57	17	8	25	0,3	0,2	-32	-56,1	17	8	25	0,1	
Min. do Ambiente e Ordenam. do Territ. e Energia	1	13	14	1	8	9	0,1	0,1	-5	-35,7	3	11	14	0,1	
Ministério da Defesa Nacional	0	51	51	8	18	26	0,3	0,2	-25	-49,0	8	19	27	0,1	
Ministério da Educação e Ciência	611	346	957	630	312	942	5,6	5,7	-15	-1,6	1 693	379	2 072	8,4	
Ministério da Economia	52	304	356	47	357	404	2,1	2,4	48	13,5	47	371	418	1,7	
Ministério das Finanças	8	34	42	5	35	40	0,3	0,2	-2	-4,8	5	35	40	0,2	
Ministério da Justiça	114	314	428	114	229	343	2,5	2,1	-85	-19,9	154	273	427	1,7	
Ministério dos Negócios Estrangeiros	79	40	119	74	61	135	0,7	0,8	16	13,5	74	61	135	0,6	
Ministério da Saúde	268	68	336	498	172	670	2,0	4,1	334	99,4	503	178	681	2,8	
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segur. Social	13 750	344	14 094	13 096	318	13 414	82,8	81,1	-680	-4,8	19 876	327	20 203	81,9	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	1 050	3 113	4 163	1 053	2 852	3 905	19,6	19,1	-258	-6,2	1 640	3 301	4 941	16,7	
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES (RAA)	22	79	101	57	87	144	0,5	0,7	43	42,6	57	87	144	0,5	
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (RAM)	1	6	7	4	9	13	0,0	0,1	6	85,7	5	10	15	0,1	
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1 027	3 028	4 055	992	2 756	3 748	19,1	18,3	-307	-7,6	1 578	3 204	4 782	16,2	
Municípios	493	1 623	2 116	404	1 452	1 856	52,2	49,5	-260	-12,3	734	1 720	2 454	51,3	
Freguesias	534	1 405	1 939	588	1 304	1 892	47,8	50,5	-47	-2,4	844	1 484	2 328	48,7	

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014); DGAEP/DEEP

Notas: (a) Inclui tribunais; dados não disponíveis para Assembleia da República e Presidência da República.

Inclui administração direta e indireta; não inclui sector empresarial, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Serviços Municipalizados e outros Serviços Autónomos da Administração Autárquica.

Gráfico 11.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 1.º semestre 2014



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014 e provisórios); DGAEP/DEEP

No final do 1.º semestre de 2014, as prestações de serviços diminuíram 3,5% em relação ao período homólogo. O Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social continua a apresentar o maior número de prestações de serviço (81,1% do total das prestações de serviço na administração central) devido ao número de contratos de tarefa no Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP (Quadro 11.1). No período em apreço, 82,5% dos contratos de prestações de serviços nas administrações públicas foram celebrados na modalidade de tarefa (Gráfico 11.1). Apenas 8,5% dos prestadores de serviços exercem a sua atividade em entidades não enquadradas na administração pública, defesa e segurança social obrigatória (Secção O) (Quadro 11.2).

Quadro 11.2 Prestações de serviços por atividade económica, 30 junho 2013 e 2014

Secção	Distribuição das prestações de serviços segundo a modalidade (N.º)						Estrutura %		Variação 30jun14 / 30jun13	
	30-jun-2013			30-jun-2014 (p)			jun-13	jun-14	N.º	%
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total				
CAE rev.3										
Total	16 316	4 876	21 192	15 862	4 582	20 444	100,0	100,0	-748	-3,5
Atividades de informação e de comunicação, financeiras e de seguros; consultoria; científicas e técnicas; administrativas e serviços de apoio; e artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	5	17	22	7	17	24	0,1	0,1	2	9,1
O Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	15 334	4 410	19 744	14 581	4 117	18 698	93,2	91,5	-1 046	-5,3
P Educação	715	364	1 079	760	267	1 027	5,1	5,0	-52	-4,8
Q Atividades de saúde humana e apoio social	262	85	347	514	181	695	1,6	3,4	348	100,3

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2014); DGAEP/DEEP

12. NOTAS TÉCNICAS

NOTAS SOBRE O UNIVERSO E FONTES

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE): O Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), tem por objetivo a caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos recursos humanos. Constam do SIOE todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, Regiões Autónomas, autarquias locais e outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, as empresas do sector empresarial do Estado e dos sectores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, bem como as demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas. O universo de entidades do SIOE é definido e tem como fonte os dados fornecidos pelo INE/DCN.

Este BOEP n.º 11, consistente com a SIEP do 2.º trimestre 2014, é ainda efetuado com o universo de entidades definido pelo INE, IP segundo o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 1995 (SEC 1995). O próximo BOEP, com os dados referentes ao 4.º trimestre 2014, a divulgar em meado do próximo ano, incluirá a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo de entidades que são definidas pelo INE, IP na aplicação do novo referencial metodológico introduzido pelo Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC 2010), de utilização obrigatória em todos os Estados Membros da União Europeia a partir de setembro de 2014, por força do *Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia*. O SEC 2010 está em linha, nos aspetos fundamentais, com o Sistema de Contas Nacionais 2008 (SCN 2008) das Nações Unidas, o que garante a harmonização internacional dos métodos utilizados e a comparabilidade dos resultados entre regiões, países ou áreas geográficas. Ver: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cn_sec2010

A recolha de dados trimestrais por recenseamento, dirigido às entidades que constituem o universo de entidades públicas no território nacional, possibilita a disponibilização de resultados trimestrais, semestrais e anuais relativos ao emprego público no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho, sendo objeto da informação e dos indicadores estatísticos que integram o **Capítulo I - Administrações públicas**, o **Capítulo II - Entidades do sector público, exceto administrações públicas** e o **Capítulo III - Outros indicadores**. A informação é obtida por recolha *online*.

Capítulo I - Administrações públicas

Administrações públicas: do ponto de vista estatístico, de acordo com o Sistema de Contas Nacionais (SEC 95 aprovado e publicado pelo Eurostat), o sector das administrações públicas compreende todas as unidades institucionais cuja função principal consiste em produzir outros bens e serviços não mercantis destinados ao consumo individual e coletivo e/ou em efetuar operações de redistribuição do rendimento e da riqueza nacional.

Aplicação no contexto das publicações do DEEP: Para efeitos das estatísticas do emprego público, o sector das **Administrações Públicas** compreende as entidades incluídas nos seguintes subsectores, de acordo com o universo definido pelo INE/Departamento de Contas Nacionais:

Quadro 12.1 Subsectores do sector das Administrações Públicas

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Estado	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta Geral do Estado (correspondente aos Serviços Integrados)	
	Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados	
	Fundos de Segurança Social	Inclui todas as unidades institucionais centrais cuja atividade principal consiste em conceder prestações sociais	
	Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração central	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	Administrações regionais dos Açores e da Madeira	Órgãos do Governo Regional	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta dos Governos Regionais
		Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Fundos de Segurança Social	Inclui todas as unidades institucionais regionais cuja atividade principal consiste em conceder prestações sociais
	Administração local	Distritos	Assembleias distritais
		Municípios	Câmaras municipais
		Freguesias	Juntas de freguesia
		Serviços Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração local

Fontes: INE, IP (2009); Regulamento (CEE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; §2.68 e seguintes; OCDE (2009c)

Capítulo II - Entidades do sector público exceto administrações públicas - inclui sociedades financeiras públicas e sociedades não financeiras públicas

O sector público compreende, para além do sector das administrações públicas tratado no capítulo I, os subsectores das sociedades financeiras públicas e sociedades não financeiras públicas (entidades com estatuto de empresas públicas, bem como as sociedades e quasi-sociedades controladas ou maioritariamente financiadas por unidades das administrações públicas, incluindo o banco central) Quadro 12.2.

Quadro 12.2 Componentes do Sector Público

Sector das Administrações Públicas	Administração Central Administração Regional e Local Fundos de Segurança Social (das Administrações Central e Regionais)
Subsector das Sociedades Financeiras Públicas	Instituições Financeiras Monetárias Públicas (inclui Banco Central) Outros Intermediários Financeiros e Auxiliares Financeiros Públicos
Subsector das Sociedades Não Financeiras Públicas	Sociedades Não Financeiras Públicas detidas pela Administração Central Sociedades Não Financeiras Públicas detidas pela Administração Regional dos Açores Sociedades Não Financeiras Públicas detidas pela Administração Regional da Madeira Sociedades Não Financeiras Públicas detidas pela Administração Local

Fonte: Regulamento (CEE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; §2.68 e seguintes; OCDE (2009c)

Dados sobre emprego nas administrações públicas: DGAEP - Síntese Estatística do Emprego Público - [SIEP 2.º trimestre 2014](#)

Dados sobre mercado de trabalho: INE - Inquérito ao emprego 2.º trimestre de 2014 (Hiperligação: <http://www.ine.pt/>).

Dados sobre remunerações e PIB:

INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional - (nova série, com ano base 2006). O valor do trimestre é igual à soma dos quatro trimestres do ano, correspondendo ao ano acabado no trimestre. (Hiperligação: <http://www.ine.pt/>)

EUROSTAT - Contas Trimestrais por Sector Institucional (Quarterly non-financial accounts for general government); Contas Nacionais - PIB e principais componentes (Annual national accounts - GDP and main components - current prices); UE e AE - 1.º trimestre de 2014

(Hiperligação: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database).

População ativa 2.º trimestre de 2014: Idade média estimada a partir de INE - Inquérito ao emprego 2.º trimestre de 2014 e dos Censos 2011 (Hiperligação: <http://www.ine.pt/>).

População residente 2.º trimestre de 2014: Estrutura etária estimada a partir de INE - Inquérito ao emprego 2.º trimestre de 2014 e dos Censos 2011 (Hiperligação: <http://www.ine.pt/>).

TRATAMENTO E VALIDAÇÃO DOS DADOS

1. A validação da informação reportada no SIOE é efetuada através dos seguintes procedimentos para todos os níveis das administrações públicas para as diferentes variáveis de recolha:

- Análise da evolução temporal dos resultados - estudo de tendência no trimestre/semestre/homólogo;
- Controlo de *outliers* - análise/validação dos valores anómalos registados; e,
- Contacto de entidades no sentido de obter os dados em falta ou correções necessárias.

2. A estimação da informação em falta ou incompleta no SIOE foi feita com os dados do trimestre/semestre seguinte mais próximo por substituição.

3. A política de revisões tem por objetivo definir as linhas orientadoras e os princípios que devem ser tidos em conta na revisão de resultados já divulgados. A necessidade de proceder a revisões reflete o compromisso que se pretende estabelecer entre, por um lado, a produção de informação estatística o mais atual possível e, por outro, garantir padrões elevados de precisão e rigor.

As revisões são um procedimento inerente ao processo de produção e divulgação de estatísticas. A necessidade de revisão dos dados podem ser originadas por: i) uma atualização do universo de entidades e a correspondente atualização dos indicadores de emprego; ii) nova informação sobre os dados de emprego recolhidos relativamente a períodos passados que não foi possível integrar a tempo da sua divulgação anterior; iii) correções dos dados anteriormente reportados pelas entidades.

CONCEITOS

Atividade económica: Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

Idade média estimada - Recolha de dados é feita em escalões de 5 anos. A idade média estimada resulta do ponto médio dos escalões etários ponderado pelo número de trabalhadores em cada um dos escalões.

Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de juventude da população em idade ativa - Relação entre a metade mais jovem e a metade mais idosa dos trabalhadores das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades inferiores aos 39 anos e o número de trabalhadores com idades iguais ou superiores aos 40 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) trabalhadores com 40 ou mais anos).

Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de renovação da população em idade ativa - Relação entre os trabalhadores que potencialmente estão a entrar e os que estão a sair das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) trabalhadores com 55-64 anos).

Nível de tecnicidade = N.º de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior / Total de trabalhadores X 100.

Período normal de trabalho: número de horas de trabalho semanal em vigor na entidade pública para a respetiva categoria profissional, fixado ou autorizado por lei ou fixado no Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho ou no Contrato de Trabalho, período para além do qual o trabalho é pago como extraordinário/suplementar. Na mesma entidade pode haver diferentes períodos normais de trabalho.

Prestação de serviços: Contrato de prestação de serviços sujeito ao regime previsto no artigo 35º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. Pode assumir uma das seguintes modalidades: a) Tarefa - quando tem por objeto a execução de trabalhos específicos, de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido; b) Avença - quando tem por objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal e com retribuição certa mensal. Os contratos de tarefa e de avença não consubstanciam uma relação jurídica de emprego público.

Remuneração mensal base: montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago com caráter regular e garantido aos trabalhadores no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Remuneração ganho médio mensal: remuneração base, prémios, subsídios ou suplementos regulares e remuneração por trabalho suplementar.

Taxa de feminização = N.º de mulheres / Total de trabalhadores X 100.

Ver também *Glossário de Termos Estatísticos* (Hiperligação: [Glossário de termos estatísticos](#)).

CLASSIFICAÇÕES

Classificação Internacional Normalizada da Educação, ISCED 1997, UNESCO - é uma classificação de objetivos múltiplos, utilizada no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, para fins de reporte estatístico internacional (Deliberação n.º 1772 do CSE, de 1 de julho de 2008). A correspondência desta classificação com os dados recolhidos e indicadores publicados no BOEP é a seguinte:

ISCED 97	Sistema Educativo (Lei n.º 49/2005 de 2005 de 30 de Agosto)
0 e 1	Educação Pré -Escolar
	Ensino Básico 1.º Ciclo
	Ensino Básico 2.º Ciclo
2	Ensino Básico 3.º Ciclo
3 e 4	Ensino Secundário
	Ensino Pós — Secundário
5B	Ensino Superior — Bacharelato
5A1	Ensino Superior — Licenciatura
5A2	Ensino Superior — Mestrado
6	Ensino Superior — Doutoramento

Classificação portuguesa das atividades económicas (CAE rev. 3) - V00554 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3 (deliberação n.º 327 do CSE, de 19 de março de 2007. Publicação final pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro). Atividade económica resultante da atribuição da CAE rev. 3 à atividade principal da entidade pública principal e dependente do nível de agregação dos dados recolhidos e disponibilizados pelo SIOE.

Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos - V00034, de 2002 (Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, publicado no JOCE L 154, de 21 de junho de 2003). Revisão da NUTS, reconversão da codificação nacional e harmonização com a usada pelo Eurostat.

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 1.1	Evolução do emprego por subsector nas administrações públicas.....	5
Gráfico 1.2	Variação acumulada do emprego nas administrações públicas, face a 31 dezembro 2011	5
Gráfico 1.3	Principais motivos de saída de trabalhadores das administrações públicas, fluxos trimestrais acumulados	5
Quadro 1.1	Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho, 30 junho / 2.º trimestre 2014.....	6
Gráfico 1.4	Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa e na população empregada	6
Gráfico 1.5	Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 30 junho / 2.º trimestre 2014	6
Gráfico 1.6	Peso dos trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e nas populações ativa e empregada, 30 junho / /2.º trimestre 2014	6
Gráfico 1.7	Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 4.º trimestre 2013 (ano terminado no trimestre)	7
Gráfico 1.8	Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre).....	7
Gráfico 1.9	Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre).....	7
Quadro 2.1.1	Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e ministério, 30 junho 2014.....	8
Gráfico 2.1.1	Estrutura etária por níveis de administração, 30 junho 2013 e 2014.....	8
Gráfico 2.1.2	Evolução da idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem forças armadas e de segurança	8
Gráfico 2.1.3	Pirâmide etária dos trabalhadores nas administrações públicas, 31 dezembro 2005 e 30 de junho 2012, 2013 e 2014	9
Quadro 2.1.2	Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector, ministério e sexo, 30 junho 2014	9
Quadro 2.2.1	Emprego por subsector e ministério segundo o nível de escolaridade, 30 junho 2014	10
Gráfico 2.2.1	Homens e mulheres nos níveis de escolaridade, 30 junho 2014	10
Gráfico 2.2.2	Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas por sexo e na população ativa, 30 junho 2014.....	10
Quadro 3.1.1	Estrutura etária dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2014	11
Gráfico 3.1.1	Distribuição do peso dos trabalhadores com menos de 40 anos e com 40 e mais anos, 30 junho 2013 e 2014	11
Quadro 3.1.2	Principais indicadores etários dos trabalhadores nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo e por sexo, 30 junho 2014	12
Gráfico 3.1.2	Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2013 e 2014	12
Quadro 3.2.1	Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 30 junho 2014	13
Gráfico 3.2.1	Distribuição dos níveis de escolaridade nos cargos, carreiras e grupos, 30 junho 2014	13
Gráfico 3.3.1	Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, abril 2014	14
Gráfico 3.3.2	Comparação da remuneração base média mensal por cargo, carreira e grupo nas administrações públicas, abril 2013 e 2014.....	14
Quadro 4.1	Emprego nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE).....	15
Gráfico 4.1	Estrutura do emprego nas administrações públicas por CAE, 30 junho 2014	15
Gráfico 4.2	Estrutura do emprego nas administrações públicas por sexo segundo a CAE, 30 junho 2014	15
Quadro 4.2	Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, segundo a CAE - abril 2013 e 2014.....	16
Gráfico 4.3	Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - abril 2014	16
Quadro 5.1	Evolução do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas.....	17
Quadro 5.2	Evolução das remunerações nas empresas públicas e demais entidades públicas	17
Gráfico 5.1	Estrutura do emprego segundo o sexo nas empresas públicas e demais entidades públicas, 30 junho 2014	17
Gráfico 5.2	Estrutura do ganho médio mensal, abril 2014	17
Quadro 6.1	Estrutura etária dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2014.....	18
Gráfico 6.1	Estrutura etária nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pelas administrações central e regional da Madeira, 30 junho 2014 ...	18

Quadro 6.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, 30 junho 2014	19
Gráfico 6.2 Pirâmide etária dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, 30 junho 2014.....	19
Gráfico 6.3 Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2014	19
Quadro 7.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 30 junho 2013 e 2014	20
Gráfico 7.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira, 30 junho 2014	20
Gráfico 7.2 Estrutura por sexo do nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira, 30 junho 2014	20
Quadro 7.2 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2014.....	21
Gráfico 7.3 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, 30 junho 2014	21
Gráfico 7.4 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades não financeiras detidas pela administração regional da Madeira, 30 junho 2014.....	21
Quadro 8.1 Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas públicas e demais entidades públicas por classificação de atividade económica (CAE rev.3), 2.º trimestre 2014.....	22
Gráfico 8.1 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central, segundo a CAE rev.3, abril 2014	22
Quadro 8.2 Emprego, remuneração base e ganho médios mensais dos trabalhadores a tempo completo nas Entidades Públicas Empresariais (E.P.E.) da Saúde por cargo, carreira e grupo, 2.º trimestre 2014	23
Quadro 8.3 Emprego e remunerações médias mensais nas E.P.E. da Saúde detidas pelas administrações públicas por NUTS II	23
Quadro 9.1 Distribuição geográfica por NUTS II e III do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos, 30 junho 2014	24
Gráfico 9.1 Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar por NUTS II, 30 junho 2014	24
Quadro 9.2 Distribuição geográfica por NUTS II e III do emprego em estabelecimentos hospitalares públicos e centros de saúde, 30 junho 2014	25
Gráfico 9.2 Emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 30 junho 2014	25
Gráfico 9.3 Dimensão média dos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 30 junho 2014	25
Quadro 10.1 Distribuição geográfica por NUTS II do emprego em câmaras municipais, 30 junho 2014	26
Quadro 10.2 Evolução do emprego nas câmaras municipais por NUTS II, 30 junho 2013 e 2014	26
Gráfico 10.1 Número de trabalhadores nas câmaras municipais por 1000 residentes, 30 junho 2014.....	26
Quadro 11.1 Prestações de serviços por nível de administração, 30 junho 2013 e 2014.....	27
Gráfico 11.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 1.º semestre 2014	27
Quadro 11.2 Prestações de serviços por atividade económica, 30 junho 2013 e 2014	27